

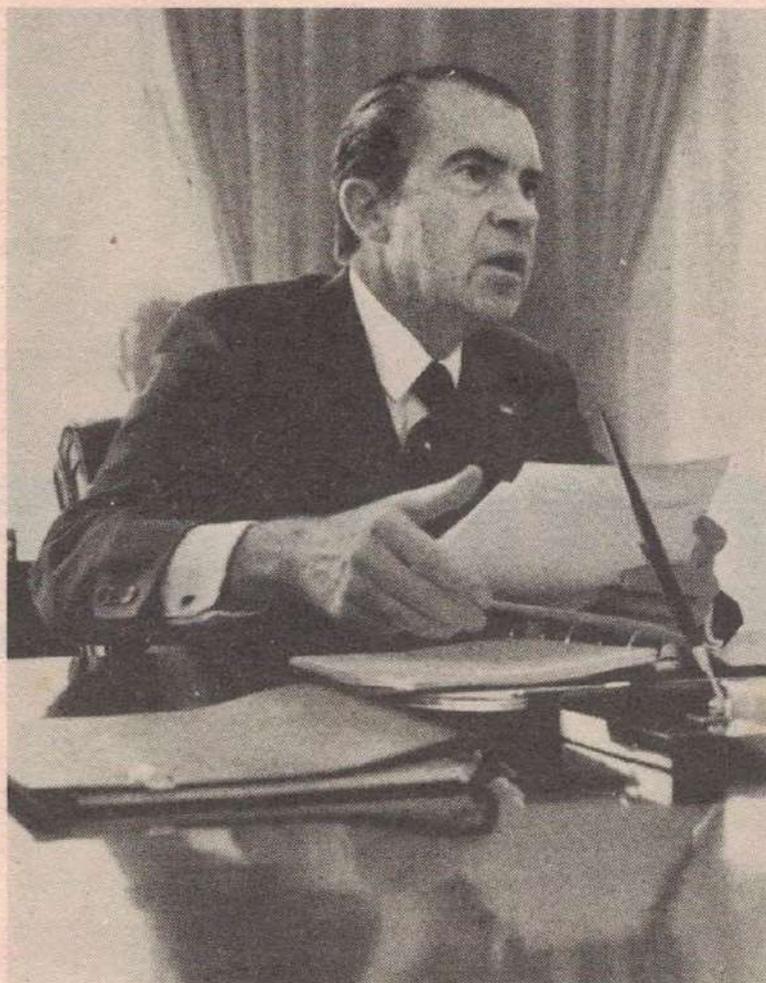
**ABUSO
DE
CONFIANÇA:**

**A QUEDA DE
RICHARD
NIXON**

Condensado do livro de

THEODORE H. WHITE

Theodore H. White descreveu de maneira incisiva as últimas eleições presidenciais norte-americanas no livro *The Making of the President — 1960*, que lhe valeu o prêmio Pulitzer. Considerado um dos mais representativos repórteres políticos de nossa época, analisa aqui o pesadelo do caso Watergate, que levou à renúncia de Nixon.



«ATENÇÃO! Silêncio! Atenção!», pediu o oficial de justiça. «Todos aqueles que estiverem demandando junto à Meritíssima Corte Suprema dos Estados Unidos, queiram aproximar-se e prestar a sua atenção, pois vai ter início a sessão. Deus salve os Estados Unidos e o Tribunal de Justiça!»

Atenção! Atenção! Atenção! Ia ter início uma sessão cujos fundamentos se baseavam na lei que os normandos impuseram à Inglaterra por eles conquistada há quase mil anos, e da qual promanou o código legislativo que ainda hoje governa os britânicos e os norte-americanos. Esse sistema sustenta que a lei deve basear-se na prova.

CONDENSADO DE "BREACH OF FAITH: THE FALL OF RICHARD NIXON". © 1975
BY THEODORE H. WHITE. FOTO DESTA PÁGINA: FRED. MAROON

e que todo o poder do Estado deve ser convocado a produzir essa prova.

O que estava em julgamento nesse dia, quarta-feira, 24 de julho de 1974, era se os assessores mais chegados do presidente Nixon; a maioria deles sob acusação, podiam ser julgados imparcialmente no tribunal sem as necessárias evidências; e a Suprema Corte do país tinha sido convocada para julgar se o presidente tinha autoridade para reter essas evidências.

No caso em questão, John J. Sirica, juiz federal, havia ordenado a Richard Nixon, a pedido do promotor especial, que entregasse à Corte as gravações das conversas pessoais que o presidente tivera com os acusados, e que deviam conter as evidências do crime em julgamento. O presidente se havia negado a isso, sustentando que as prerrogativas do executivo em manter os segredos de Estado estavam implícitas no poder presidencial de governar, e apelou da decisão de Sirica.

Às 11:20 da manhã, o presidente do tribunal, juiz Warren Burger, anunciou à sala superlotada a decisão unânime do tribunal de justiça. «A arguição genérica de privilégio», concluía, «deve ceder diante da demonstrada necessidade específica de provas num processo criminal em julgamento. Assim sendo, fica confirmada a sentença em questão.»

«*Fiat justitia, ruat coelum*», diziam os legisladores romanos: «Faça-se justiça, ainda que os céus desabem.» A justiça estava agora em marcha. Em duas semanas, um presidente iria cair.

UMA HORA após a decisão do tribunal, eu estava almoçando com Leon Jaworski, cuja autoridade como promotor especial da nação norte-americana acabava de ser agora soberanamente confirmada. Ele parecia preocupado, e não demonstrava nenhum entusiasmo com a vitória. O que ele desejava, Jaworski fazia questão de afirmar, «não era perseguir o presidente, mas levantar toda a verdade dos fatos. Estamos à procura da verdade. Onde quer que essa busca nos leve, lá iremos até o fim.»

Jaworski estava propenso às evocações, mas através de suas lembranças corria sua causa básica, e as frases que em outra ocasião poderiam soar casuais, tinham agora um significado especial. «O que aconteceu esta manhã», disse-me, «comprova aquilo que ensinamos nas escolas, tudo o que temos tentado afirmar: que nenhum cidadão está acima da lei.»

Pretendia ater-se a esse conceito até o fim, não para vangloriar-se ou adquirir prestígio, mas simplesmente para exemplo das novas gerações. Esse caso, segundo Jaworski, iria moldar o pensamento da juventude norte-americana em relação ao sistema em que iria viver. A menos que os jovens confiassem realmente nas instituições, o sistema simplesmente não iria funcionar. E citava Disraeli, que, segundo Jaworski, teria dito: «Os jovens de uma nação são os depositários de sua posteridade.» Os constituintes de Jaworski eram a juventude da nação; sua acusação, uma defesa do sistema.

MAIS ou menos nesse momento, a poucos quarteirões dali, na sala de refeições exclusiva da assessoria da Casa Branca, quatro homens, cujo constituinte era o Presidente dos Estados Unidos, estavam também sentados à mesa do almoço, posta com toalhas engomadas e talheres reluzentes. Todos eles situacionistas, devotados ao que pensavam haver de melhor no governo de Nixon, pareciam os oficiais germânicos que, na linha de frente da guerra de 1918, sabiam muito antes do Kaiser que o momento da rendição havia chegado. Um deles era Fred Buzhardt, conselheiro especial, sob cuja guarda estavam as fitas gravadas da Casa Branca. Habitualmente um animado conversador, Buzhardt agora apenas murmurava em voz baixa: «É o fim! É o fim!»

Já naquela manhã, bem cedo, Buzhardt havia telefonado para o presidente, que estava na chamada «Casa Branca do Oeste», em San Clemente, Califórnia, dando-lhe o parecer de que a decisão da Corte lhe seria adversa; e que eles lá, na Califórnia, deviam pensar seriamente no que fazer em tais circunstâncias. O presidente respondeu a Buzhardt, dizendo-lhe para ouvir as fitas de 23 de junho de 1972, que estavam entre as 64 gravações que foram citadas por Jaworski: «Pode haver ali algum problema.»

Buzhardt localizou imediatamente a gravação. A primeira conversação do presidente na manhã daquele dia, conforme reproduzida na fita, estava cheia de palavrório confuso e de si-

lêncios. Também havia uma discussão rotineira. Numa outra fita, entretanto, havia cinco minutos de uma conversa que Buzhardt classificaria mais tarde de «aquela coisa horrível».

Lendo-se a transcrição das conversações, ninguém teria dúvidas de que, à 23 de junho de 1972, apenas seis dias após a invasão do Edifício Watergate, onde estava situada a sede do Partido Democrata, o presidente havia sido informado por H. R. Halde-
deman, chefe de seu gabinete, que seu ex-procurador-geral e particular amigo John Mitchell estava envolvido no caso, e que por sugestão de Mitchell, transmitida pelo advogado da Casa Branca, John Dean, a ele, Halde-
deman, o presidente havia solicitado à CIA que obstruísse e fizesse cessar a investigação que o FBI fazia do arrombamento. Assim procedendo, Nixon havia cometido um crime – o de obstrução da justiça – e, a partir daí, por mais de dois anos, vinha mentindo ao público, ao Congresso, ao seu próprio gabinete e, às vezes, provavelmente, até a si mesmo.

Bomba-relógio

NA TERÇA-FEIRA, 30 de julho de 1974, tendo o presidente e seus assessores regressado a Washington, a Casa Branca começou a agitar-se num tenso mas crescente vórtice de tumulto interno que iria espalhar-se, desenvolver-se, até tragar toda a nação nos sete dias que se seguiram. No sábado anterior, a Comissão de Justiça da Câmara, mesmo sem a evidência das fitas requeridas pelo juiz, havia

votado uma recomendação de *impeachment* do presidente, com base no Artigo I – Obstrução da Justiça. Na segunda-feira, votara pela aplicação do Artigo II – Abuso de Poder; e, naquele dia, terça-feira, votava a aplicação do Artigo III – Desobediência à Citação da Comissão de Justiça.

Foi também neste dia que Buzhardt disse ao Gen. Alexander Haig, que havia substituído Haldeman como chefe do gabinete da Casa Branca, o que havia exatamente nas fitas. Um dos advogados descreve a reação desagradável que Haig teve naquele dia: «Ele estava passado, completamente passado.» Em geral rigoroso com os funcionários faltosos, Haig recusava-se a discutir o motivo de sua atitude, e descrevia-se a si próprio como «chocado, muito chocado».

Na quarta-feira, 31 de julho, com o rascunho das transcrições em sua mesa de trabalho, Haig sentiu que precisava agir. Em primeiro lugar, deveria avisar o Secretário de Estado Henry Kissinger, mas este já havia concluído, duas semanas antes, que ao presidente não restava alternativa senão renunciar. Kissinger podia sentir o efeito corrosivo que o caso estava acarretando às relações internacionais; o presidente perdera sua autoridade no exterior. Kissinger agora aconselhava que a saída pretendida, fosse qual fosse, devia ser também uma saída honrosa, de modo que o poder executivo não ficasse abalado. Mas isso incumbia a Haig; ele é que era o chefe do gabinete.

No dia seguinte, em busca de uma orientação, Haig procurou o Vice-pre-

sidente Gerald Ford, e reviu com ele todas as opções possíveis levantadas pelas opiniões divididas da Casa Branca: uma fuga em regra, renúncia, garantia de perdão. O sucessor constitucional de Nixon, contudo, não estava em posição de opinar – fato político a que Ford se apegou firmemente quando Haig foi consultá-lo uma segunda vez. Não tinha, disse-lhe Ford, «qualquer intenção de recomendar o que o Presidente Nixon devia fazer a propósito de renunciar ou não».

Assim, na tarde de quinta-feira, 1.º de agosto, Haig devia decidir por si próprio. Não havia paralelo em toda a história norte-americana de um episódio como aquele de que iria ocupar-se nos sete dias subseqüentes. Uma decisão tinha que ser tomada, e incumbia a ele tomá-la. Outros países já haviam passado por tais momentos, em que seus soberanos tiveram que renunciar, mas isso jamais acontecera em toda a história dos Estados Unidos.

Os homens da Casa Branca estavam envolvidos, mesmo sem o admitirem, na delicada operação de conduzir uma personalidade instável. Os papéis empilhados sobre as mesas já começavam a congestioná-las. O trabalho da presidência prosseguia, embora sem o presidente. Desde há algum tempo, a partir de fevereiro, que Haig era mais do que simples presidente interino: de sua mesa, designações, decretos, projetos de lei – tudo seguia os canais competentes, às vezes até mesmo sem o conhecimento de Nixon.

Naquela última semana em San Clemente, o procedimento de Nixon se havia tornado cada vez mais ex-cêntrico. Mandaria chamar, por exemplo, com toda a urgência, o Secretário da Habitação e do Desenvolvimento Urbano e o Chefe da Casa Civil, para irem à Califórnia numa quinta-feira — onde os receberia por dez minutos no sábado, para depois despachá-los de volta. «Nixon estava apavorado», disse um dos componentes de sua assessoria.

Em seu isolamento, apenas com as filhas, a esposa e seu amigo íntimo Bebe Rebozo, ele agora só recebia o Secretário de Imprensa, Ronald Ziegler, e Alexander Haig. Este último sabia que, se pudesse apresentar claramente os fatos diante do presidente, Nixon agiria com altruísmo, em prol do interesse nacional, e renunciaria. Contudo, se houvesse pressão demasiada, algo poderia armar o instinto combativo de Nixon e levá-lo a insistir em sustentar o caso diante do Congresso e enfrentar o julgamento do Senado, o que manteria o país acéfalo por meses a fio — numa época de crises tanto internas quanto internacionais. Haig estava manipulando uma bomba-relógio que, se não desarmada a tempo, poderia mudar o curso da história norte-americana.

A pressão da realidade

O CURSO dos acontecimentos que levariam o presidente à renúncia sem forçá-lo a isto requeria o encadeamento de realidades políticas que o presidente não seria capaz de ignorar.

De grande importância foi a visita que na tarde de 2 de agosto, sexta-feira, o congressista Charles Wiggins fez a Haig. Pela sua brilhante defesa do presidente junto à Comissão de Justiça, nas audiências transmitidas pela televisão, Wiggins de boa fé se havia transformado no defensor público número um da causa de Nixon. Agora, tinha que ser desenganado.

Haig agradeceu a Wiggins pela sua defesa do presidente, e informou-lhe que só ultimamente havia, pela primeira vez, tomado conhecimento de trechos da conversação que Nixon e Haldeman tiveram no dia 23 de junho de 1972, os quais reputava de «funesta significância». Haig estendeu-lhe por cima da mesa algumas folhas de papel com as transcrições.

«A princípio, não tive qualquer pressentimento», recorda-se Wiggins. «Nos últimos quinze dias, eu havia desancado os meus adversários. Estava disposto a enfrentar o raio do Congresso inteiro.»

Wiggins leu as páginas rapidamente de um só fôlego; depois, fez uma segunda leitura, mais devagar. Afinal, apercebeu-se da total proporção do desastre. «Arrasante», disse ele. Leu as páginas pela terceira vez e então, pensando em voz alta, disse que a questão do *impeachment* e da culpabilidade já não podia ser posta em dúvida; a bem do presidente, a bem da própria nação, Nixon devia ser alertado da necessidade de renunciar imediatamente. A conversa durou uma hora; e quando Wiggins partiu em seu carro, de volta para o escritório, em meio a crescente angústia, deixou

atrás de si um homem que sabia haver dado início a um processo que em breve seria também evidente para o próprio Nixon.

O presidente ordenara a Haig que procurasse sondar a reação do reduzido e rarefeito grupo em que mais confiava — o grupo que se reunia no gabinete de Haig todos os dias às sete da tarde. Compunha-se de Buzhardt, Haig, James St. Clair, conselheiro do presidente, e dois dos assessores que redigiam seus discursos, Ray Price e Pat Buchanan. Pela primeira vez, Price e Buchanan tiveram acesso à leitura das transcrições. Ficaram ambos indignados. Se o presidente queria saber a reação deles, esta era unânime: Nixon devia renunciar.

A notícia da defecção de Buchanan deve ter sido a que mais desnorteou o presidente. Se já não podia contar com Buchanan (conservador, eloqüente, fiel à causa) então não podia contar com mais ninguém de peso. Este pensamento deve ter sido expresso num jantar em família naquela mesma noite, já que por volta da meia-noite a filha do presidente, Julie, telefonou a Buchanan.

Na manhã seguinte, sábado, bem cedo, Buchanan encontrou-se no solário da Casa Branca com as duas filhas do presidente e com Bebe Rebozo. O que estes queriam era encontrar pelo menos um membro do gabinete de Nixon que quisesse apoiá-lo para o último combate. Buchanan seria capaz disso? Ele respondeu que na verdade só havia uma alternativa: ou Nixon seria o primeiro presidente norte-americano a renunciar, ou o primeiro a re-

ceber o *impeachment* da Câmara e a ser condenado pelo Senado. As moças insistiam para que Buchanan apoiasse o empenho de salvar o presidente. O assessor concordou em princípio que era melhor esperar mais alguns dias, para ver a reação do país relativamente às fitas.

Naquela tarde, de volta ao seu gabinete, Buchanan soube que o presidente resolvera falar ao país pela televisão na noite de segunda-feira, ao mesmo tempo que seriam divulgadas as últimas transcrições. Nixon iria admitir que havia iludido a nação e afirmar também que achava de seu dever continuar na presidência, pois, apesar de seus erros, estes não eram de molde a implicar na renúncia do cargo. Haveria de levar sua luta até o fim, passando pelo Senado, acontecesse o que acontecesse.

Haig, St. Clair, Price — ninguém topou a decisão. Contudo, marchar em grupo para forçar a decisão do presidente seria algo quase tão perigoso quanto um golpe de Estado, fato sem precedentes na história dos Estados Unidos; os fatos, e não os argumentos, é que deviam convencer o presidente.

No dia seguinte, em Camp David, Nixon mudou de idéia. Não iria renunciar, mas também não iria levar seu desejo de luta ao conhecimento do povo através da televisão. As transcrições seriam divulgadas no dia seguinte, acompanhadas por uma nota explicativa assinada por ele.

Enquanto Price fazia a minuta da declaração, os outros conferenciavam, sobre a estratégia a seguir.

Alguma possibilidade de defesa havia sido descuidada? O presidente teria, por acaso, no curso turbulento do ano anterior, se esquecido de que fora ele pessoalmente quem dera instruções para «atravessar» as investigações do FBI — um lapso de memória, trágico mas explicável? Telefonaram de Camp David para a Casa Branca, pedindo que os rolos de fitas fossem mais uma vez examinados para se observar a posição que nelas mantinha o presidente. Lembravam-se de que no dia 5 de maio, três meses antes, Jaworski havia feito uma concessão: dar-se-ia por satisfeito se fossem liberados 17 rolos de fita, em vez dos 64 inicialmente solicitados. Estaria implícito na oferta de Jaworski o entendimento de que o presidente não seria incriminado por quaisquer outros atos que extrapolassem o caso específico da invasão de Watergate.

As fitas, interpretadas na Casa Branca a pedido do grupo de Camp David, demonstravam que, a 6 de maio, os trechos críticos das conversações haviam sido checados pessoalmente por Nixon, que os ouvira a sós em sua câmara secreta na ala do Gabinete Executivo. O presidente teria dito, segundo Haig: «Não tenho tempo para ficar ouvindo fitas.»

Agora estava claro: o presidente não se havia esquecido dos pontos críticos da conversação e, como velho jogador de pôquer, simplesmente resolvera blefar; a Corte Suprema pagara para ver, e sua mão era, conforme lembra um dos presentes, um «*flush* de araque». Não havia defesa possível, já agora, de qualquer espé-

cie. «O presidente estava condenado», dizia Buchanan — mas era vital que Nixon o visse por si próprio.

Tendo em mãos o rascunho da declaração que o presidente iria fazer, o grupo partiu de Camp David para Washington, onde Price deveria fazer a versão final, e o presidente, juntamente com a família, deliberaria sobre as opções que ainda lhe restavam, incumbindo-se os demais de armar o quadro que poria o presidente em face da realidade.

Golpes punitivos

NA SEGUNDA-FEIRA, 5 de agosto, tais acontecimentos estavam a caminho. O líder republicano na Câmara, John Rhodes, devia ser avisado em sua casa, durante o almoço, por Buzhardt. E St. Clair avisaria os republicanos mais extremados do Comitê de Justiça da Câmara. No Capitólio, alguns senadores republicanos também foram prevenidos.

Na Casa Branca, um grupo de 150 membros do gabinete presidencial foram reunidos às pressas na sala de reuniões do Gabinete Executivo, onde Haig leu a declaração presidencial, cuja minuta final acabara de ser elaborada. Nela, o máximo que Nixon admitia que mentira consistia em dizer que «trechos das fitas que contêm as conversações de 23 de junho estão em discordância com algumas de minhas declarações anteriores». Revelava também que «as que têm implicações com o meu caso foram feitas com base em informações incompletas e, em alguns aspectos, errôneas.

Isto constitui um sério ato de omissão... que profundamente lastimo.»

Para os membros do gabinete, foi como se lhes tivessem acertado com um jato de água fria. Um dos jovens assessores recorda-se que voltou para a sua sala, atirou-se a uma poltrona e ficou a pensar: «Ah, aqueles miseráveis, aqueles cafajestes que andavam dizendo todas aquelas infâmias contra o presidente — aqueles safados a quem eu odiava, afinal, estavam certos!»

Para atingir o cerne da defesa no Senado, um emissário da Casa Branca fez com que o senador Barry Goldwater deixasse a bancada para receber uma cópia da declaração de Nixon e a transcrição das fitas. Goldwater saiu caminhando lentamente do Senado em direção ao seu escritório, a ler a declaração e a enfurecer-se à medida que a lia. «Eu estava possesso», disse ele. «Estava completamente possesso quando cheguei ao escritório.»

Pouco depois das quatro da tarde, a declaração e as transcrições estavam em poder da imprensa. A rede de emisoras deixou que a situação falasse por si própria: transmitia declarações dos congressistas pedindo a renúncia, entrevistava pessoas nas ruas de um extremo ao outro dos Estados Unidos. As vozes eram sempre as mesmas: sentimentos de ofensa, ira, desprezo, incompreensão durante todo o tempo.

Na manhã seguinte, 6 de agosto, Nixon reuniu seu gabinete pela última vez. Começou, logo à abertura da reunião, por dizer com palavras descosidas qual era o seu propósito: não iria renunciar, dizia, e achava de

seu dever constitucional permanecer no cargo. Só tinham sido convocados os altos membros do gabinete, os secretários de Estado, o general Haig e o presidente do Partido Republicano, George Bush; nenhum deles aplaudiu. O ambiente, disse Bush, parecia «irreal».

Henry Kissinger ainda permaneceu um pouco mais após a saída dos outros e, pela primeira vez, manifestou diretamente a Nixon sua opinião sobre o caso: a de que o presidente devia renunciar.

Naquela tarde, os últimos partidários de Nixon na Comissão de Justiça da Câmara tinham, um a um, abandonado o presidente que vinham defendendo há tanto tempo. O líder da minoria da Câmara, John Rhodes, tinha-se declarado favorável ao *impeachment*. O governador da Califórnia, Ronald Reagan, fizera uma declaração pública pedindo a renúncia de Nixon. Haig, cuidadosamente mas com determinação, estava ajustando os controles para a queda final, com habilidade para não provocar a explosão de personalidade que ele temia.

Na quarta-feira, a manipulação de Haig atingia o clímax. Ficara decidido que seria Goldwater, o arquiconservador, quem diria ao presidente o que estava em jogo. Haig almoçou com ele, a fim de explicar-lhe pessoalmente a delicadeza quase psiquiátrica do problema.

Às cinco da tarde, na Sala Oval, deu-se a confrontação. Goldwater estava acompanhado de Hugh Scott e John Rhodes. As considerações dos três coincidiam.

Todos se recordam de que o presidente se achava tranqüilo, com os pés sobre a escrivaninha. «Parecia que estava satisfeito da vida», disse Goldwater. Entretiveram alguns minutos de conversa sobre as campanhas políticas do passado, quando Nixon declinara em favor de Goldwater, quando apoiaram Hugh Scott — essas reminiscências que são cortesias obrigatórias nas conversações políticas. Então, de repente, Nixon perguntou-lhes o que achavam da situação.

Goldwater asseverou que não restavam mais que 15 votos favoráveis a Nixon, no Senado. Scott confirmou a previsão de Goldwater, acrescentando que o total podia ser até mesmo de 12, passando em revista os nomes. «Ajudei muito algumas dessas pessoas», disse Richard Nixon, mas sem muita emoção.

Goldwater assestou seu último golpe. Expressou a idéia de que um bom advogado seria ainda capaz de derrubar os Artigos I e III (Obstrução da Justiça e Desobediência à Citação da Comissão de Justiça) num julgamento no Senado. «E quanto ao Artigo II?» (Abuso do Poder), perguntou o presidente. Ao que Goldwater replicou, segundo se lembra: «Eu próprio estou inclinado a sustentar que houve, senhor presidente.»

A reunião durou menos de meia hora. Já não havia nenhuma figura de relevo na política norte-americana para apoiar o homem que havia sido eleito pela mais expressiva maioria na história dos Estados Unidos. Com exceção dos membros de sua família, todos os íntimos de Nixon o haviam

abandonado ou tinham sido afastados dele. Haig baixara instruções para que a Casa Branca não passasse diretamente para Nixon chamados telefônicos de seus ex-auxiliares imediatos, H. R. Haldeman e John Ehrlichman, ambos respondendo a processo. Haldeman havia telefonado aquela manhã, e a ligação fora passada a Haig; Haldeman queria pedir ao presidente que lhe concedesse imunidade; Haig delicadamente fez-lhe ver que isso era impossível. Ehrlichman havia tentado comunicar-se com Nixon por intermédio de Rose Mary Woods, a secretária do presidente, para tratar do mesmo assunto. Ela transmitira a mensagem a Haig na manhã seguinte; também essa mensagem foi bloqueada.

Não é grande a distância que separa a Sala Oval da ala residencial da Casa Branca, e a decisão final foi tomada por volta das 7:30, pouco antes de o presidente recolher aos seus aposentos. Nixon havia chamado Haig e, ao final da conversa dos dois, um observador se recorda de haver ouvido Haig confortando o presidente: «Sim... é isso mesmo... acho que é a decisão acertada.» Então, Richard Nixon recolheu-se, comunicou sua decisão à família pouco antes de começarem o jantar e proibiu-lhes de tocar no assunto enquanto estivessem comendo.

Mais tarde, convocou Henry Kissinger aos aposentos familiares, e os dois passaram duas horas juntos a conversar, não a respeito de política externa, mas do que havia de problemas internos. Kissinger, que reserva o conteúdo dessa conversação natu-

ralmente para as suas memórias, deixa pender a cabeça e murmura apenas: «Comovente, comovente.»

Adeus

NA MANHÃ de terça-feira, 8 de agosto, Haig informou ao pessoal da Casa Branca que a renúncia seria proclamada à nação num programa a ser televisionado às nove da noite. Tudo agora corria tranqüilamente. Da Casa Branca, estavam sendo removidos móveis, lembranças, roupas, *souvenirs*, para dentro de um elevador, que levaria tudo para o subsolo, donde um caminhão transportaria o material para dois aviões que estavam à espera a fim de conduzir os objetos pessoais do presidente para sua casa em San Clemente.

Pela tarde, o presidente recebeu Buzhardt, examinando com este o que «eles» estariam dispostos a fazer com ele, até onde o promotor especial estaria propenso a ir. O vice-presidente Ford tinha acabado de sair. O presidente disse a Buzhardt que não previa a possibilidade de perdão, que era fatalista; e, numa certa demonstração de bravata, chegou mesmo a discutir a possibilidade de enfrentar uma sentença de prisão — salientando que uma boa parte dos melhores escritos políticos de nosso século tinham sido produzidos na prisão por homens como Gandhi e Lenin. Havia ainda, em suas melancólicas palavras, um subtom de religiosidade, que Buzhardt se recusa a lembrar; dizia respeito ao valor da prece e à necessidade de contrição.

Às 7:30, Nixon despediu-se dos líderes do Congresso; depois, pediu que os jardins da Casa Branca fossem fechados para lhe permitir um último passeio em segurança no caminho de sua sala secreta para a Sala de Despachos, onde iria receber a visita de 46 políticos situacionistas. Alguns deles já estavam se lamentando quando o presidente entrou, e foi logo direto ao assunto que queria tratar. Suas palavras foram breves e não muito coerentes: falou a propósito da família, de sua mãe, de como teria preferido continuar lutando até o fim. «Eu só espero...», concluiu o presidente, enquanto buscava o apoio dos braços da poltrona. Então perdeu completamente o domínio de si, a respiração transformou-se num soluço, que ele conseguiu dominar o suficiente para dizer: «Eu só espero... não ter desapontado vocês.» Então soluçou, as lágrimas a lhe rolarem das faces. Tentou levantar-se, errou o braço da cadeira, não conseguiu, mas finalmente alcançou o braço da poltrona e ergueu-se. Goldwater abraçou-o ao passar; outros tentaram fazer o mesmo; e vários auxiliares intervieram para abrir-lhe caminho de volta à Sala Oval, de onde dali a 20 minutos iria enfrentar a nação. Àquela altura, quase todos estavam chorando. Joe Waggoner, da Louisiana, batia com o punho fechado na parede. John Tower, do Texas, que havia conseguido conter-se até o fim, acabou fraquejando e irrompeu em soluços.

Então, o presidente estava sozinho na Sala Oval diante das câmaras de televisão para sua fala à nação, sem

ninguém do governo, ninguém da família, nenhum de seus assessores habituais — somente os técnicos. Estava vestido com seu terno azul-escuro de costume, com uma bandeirinha americana espetada na lapela, como das vezes anteriores.

«Em todas as decisões que tomei em minha vida pública», começou, «sempre procurei fazer o que fosse melhor para a nação.» Tinha os olhos empapuçados, as linhas da face mais pronunciadas do que nunca, as bochechas balofas.

«Nestes últimos dias... tornou-se claro para mim não poder mais contar com uma base política suficientemente forte no Congresso capaz de justificar a continuação de minha luta...» A voz estava firme, o tremor contido raramente vinha à tona. «Porisso, resolvi resignar à presidência a partir do meio-dia de amanhã...»

Nessa noite jantou só com a família. Depois, até passada a meia-noite, esteve no telefone, falando para pessoas a quem pensava dever explicações, repetindo para todas a mesma mensagem: «Espero não tê-lo decepcionado. Espero não tê-lo decepcionado.»

NEM HERÓIS nem vilões tinham decretado a destruição de Nixon. Nem a lei, nem o Congresso, nem a imprensa o arrancaram do posto. Ele agiu por si mesmo, pois sua avaliação do poder, na qual ele próprio se considerava um mestre, tinha sofrido uma brecha, assim como o seu caráter.

Ele haveria de escrever esta história talvez algum dia, em San Clemen-

te, sua ilha de Elba do Oceano Pacífico. Outros, também, por várias gerações haveriam de reescrever a história, sob a forma de ficção, de trabalho escolar, de estudo de desequilíbrio psíquico. De fato, era certo que a história não iria acabar em silêncio à beira do oceano, da mesma forma como era certo que não havia começado na semana em que a Comissão de Justiça iniciou as audiências do *impeachment*; nem na semana em que o presidente mentiu pela primeira vez; nem na semana em que os agentes invadiram a sede nacional do Partido Democrata.

Para compreender a história da presidência de Richard Nixon, temos que nos reportar à mais simples definição do que seja a História: a narrativa da ação das grandes forças que se lançam sobre os homens solitários que, por acaso, se colocam no ponto de sua interseção.

Na verdade, pelo menos 20 anos antes da partida de Nixon, o sistema presidencial norte-americano vinha caminhando sob crescentes pressões. Em determinado ponto desse lapso de 20 anos, essas pressões esmagadoras iriam cruzar-se numa personalidade cujas falhas de caráter, por grandes ou pequenas, haviam de fazê-lo aos pedaços, assim como um mancal numa máquina gigantesca certamente irá partir-se se submetido a forças de tração para as quais não fora projetado. Quando tais forças e pressões interseccionaram na pessoa de Richard Nixon, seu caráter fendeu-se. As forças, entretanto, já lá estavam muito antes de 9 de agosto de 1974, e as

forças são tão importantes quanto o homem.

As novas políticas

SOB MUITOS aspectos, o presidente mais representativo desse lapso de 20 anos foi Richard M. Nixon. Soube compreender a política de seu tempo; percebeu as mudanças que se operavam tanto no país quanto no mundo. Criou-se na Califórnia, e foi na Califórnia que um novo estilo político nasceu, o qual iria finalmente corromper a Casa Branca; na Califórnia, onde a inquietação do pós-guerra começou a fazer com que os americanos andassem à caça de uma nova raça de manipuladores profissionais que viriam a conquistar o poder, sem ao menos compreenderem o significado da linha divisória entre a política e o governo.

A Califórnia era republicana por tradição. Até 1930, o Partido Democrata não era ali mais que uma seita. Então, no fim da década de 30, o panorama político oscilou à medida que chegavam os «forasteiros»: trabalhadores agrícolas itinerantes, operários saídos das indústrias bélicas, soldados, universitários e técnicos. Para controlar o Estado, os republicanos tiveram que aperfeiçoar novas técnicas políticas, se não quisessem ser destruídos para sempre como uma inútil minoria.

É verdade que os políticos republicanos, em todas as províncias do país, estavam lutando contra os «imigrantes» democráticos que vinham das grandes cidades, mas num Estado de política tradicional, como

Nova York, havia quase sempre um patrão republicano pronto para recebê-los. Na Califórnia, não existia tal sistema. As máquinas partidárias tinham sido aniquiladas 35 anos antes por um progressista governador republicano chamado Hiram Johnson. Suas reformas eliminaram o apadriñamento político de maneira mais completa do que em qualquer outro estado da União, proibindo as convenções de eleição interpartidária, fumigando todos os desvios da política partidária convencional. Assim procedendo, legou à Califórnia um dos melhores períodos de governo que o país já teve. Johnson, porém, nunca poderia prever a onda crescente de forasteiros, andarilhos e oportunistas que iria engolfar seu Estado.

Como os republicanos podiam chegar a essas pessoas? Como poderiam penetrar na mente desses adventícios que viviam nos subúrbios e confins da Califórnia?

A resposta que veio nas décadas de 30, 40 e 50 tornou-se agora tão padronizada em todo o país que não parece constituir novidade alguma. Alcança-se o eleitorado do interior dos Estados Unidos (o que presentemente significa a maior parte da nação) não por meios diretos, mas através de técnicas manipulativas. A comunicação se faz por meio de um requintado planejamento de relações públicas, pela deliberada comercialização da imagem, de frases, símbolos, *slogans*, pela cuidadosa dosagem das emoções, por meio de cidadãos especializados em orientação de massas ou pelos comitês de voluntários.

Com a reforma eleitoral de Hiram Johnson, para se ter um programa ou referendo submetido a votação era necessário obter-se certo número de assinaturas: 5% dos votos na eleição governamental precedente. Na época de Hiram, isto significava 30 mil assinaturas; hoje representa mais de 300 mil. As firmas de relações públicas angariavam essas assinaturas a 25 centavos cada; além disso, forneciam um serviço auxiliar completo com folhetos, anúncios no rádio (e mais tarde na televisão) e cartazes para incitar o público a reagir de acordo com os interesses especiais dos grupos.

Assim chegamos aos pais dos novos políticos profissionais: Clem Whitaker e sua esposa, Leonie Baxter. Durante 25 anos, o casal foi para a Califórnia o que Tammany Hall representou para Nova York.* Manobrando 60 campanhas e referendos, tinham, entre 1936 e 1951, ganho 55 delas. Seus princípios eram simples: a melhor forma de campanha é o ataque; em toda campanha, é preciso inventar-se um inimigo contra o qual os eleitores possam ser alertados; os temas de debate devem ser poucos, mas claros e de modo a levar o eleitor a tomar uma decisão emocional; a campanha tem que ter um ritmo, um encaideamento que mantenha alimentada a atenção dos meios de comunicação.

Whitaker e Leonie Baxter eram ambos completamente desinteressados

* Associação fundada em Nova York em 1789, que funcionava como sede central do Partido Democrata. O nome também tem sido ligado à idéia de poder político.

por quaisquer questões substantivas. Usavam a técnica do advogado habilitado que emprega todos os meios para ganhar a causa. Podiam, mediante pagamento, desencadear uma campanha pré-fabricada em prol de qualquer um ou de qualquer causa. Relações públicas era o nome do jogo na Califórnia, e para dominá-lo eram necessárias somas de dinheiro cada vez maiores.

Foi nesta fase que Richard Nixon iria fazer sua entrada na política.

Pobre Nixon

TALVEZ os historiadores do futuro, isentos de paixão pela perspectiva do tempo transcorrido, vejam Nixon mais claramente do que seus contemporâneos podem fazê-lo. Talvez sejam capazes de contrabalançar os crimes cometidos por ele com a sua conquista da paz e a saída de uma guerra que já durava muitos anos para os Estados Unidos. Talvez sejam capazes de avaliar suas hipocrisias em confronto com suas convicções. Talvez sejam mesmo capazes de explicar a dualidade essencial de seu caráter, o bem e o mal, as fugas de pânico e a determinação de espírito, os bons princípios e a traça mesquinha.

Para um repórter da época, no entanto, a tarefa é mais difícil. Comecei como repórter político a pesquisar o passado de Nixon em 1955, quando ele, como vice-presidente, já era um homem controverso. Uma sondagem inicial dos políticos californianos redundou numa indicação bastante severa. Nixon era detestado pelos meus

amigos de lá; malquisto por Earl Warren, desdenhado pelo Senador William Knowland e odiado pelo Governador Goodwin J. Knight – todos republicanos. Nixon havia ganho até então três eleições, sempre por esmagadora maioria, de modo que a gente tinha de reconhecer que o povo, pelo menos, havia notado alguma coisa nele. No entanto, o homem que havia por trás de suas campanhas não era de forma alguma real, mas apenas uma silhueta de amargura facciosa.

Dirigi-me para Whittier e visitei o único contacto local que pude fazer com seus tempos de juventude. A senhora de cabelos brancos que me atendeu, tão gentil quanto podia ser, tinha sido professora de oratória no Colégio de Whittier. Lembrava-se de um Richard Nixon dinâmico – estudava para valer. Era um rapaz pobre; não podia ficar depois das aulas para treinar futebol porque tinha de trabalhar no armazém do pai. Ganhara um prêmio do Kiwanis Club de Whittier pelo melhor discurso pronunciado por um estudante secundário a propósito da Constituição norte-americana, mas havia qualquer coisa de maldoso nele, prosseguiu ela, maldoso na maneira como fazia suas perguntas, como argumentava seus pontos de vista. Demonstrava a mesma perplexidade que eu já ouvira expressa por muitas pessoas em outras ocasiões. Recordava-se de suas qualidades e as respeitava, mas, simplesmente, não gostava dele.

A política, para aqueles que a haviam escolhido como meio de vida, é um exercício do ego – atraente para os que têm um senso de individuali-

dade, que apreciam o atrito de sua personalidade contra a dos outros e o companheirismo de uma campanha. Dessas qualidades, Nixon tinha muito pouco. O que ele realmente gostava de partilhar com os outros políticos era o anseio de escrever seu nome na vida de outros homens, de encontrar identidade na ação. Contudo, as mágoas da pobreza são mais duras naqueles que têm talento, tirocínio e ambição, e a quem são negadas as oportunidades facilmente acessíveis aos chamados «bem-nascidos».

Durante toda a sua vida, os quadros vigentes o rejeitaram. Ele provinha da Califórnia, que tinha milhões de seus filhos espalhados por todo o país, gente que tinha a insegurança comum de não se sentir «em casa» em nenhuma parte do mundo – essa corrente interminável de pessoas que buscam, que sofrem à medida que lutam, que aprendem a sorrir quando estão magoadas, e que trazem lembranças amargas mesmo para as suas festas de júbilo.

A FAMÍLIA Nixon era de origem pobre. O pai, Frank, tinha sido motorneiro de bonde em Columbus, Ohio. Gangrenado pelo frio do inverno na cabina aberta do bonde, resolveu mudar-se para a Califórnia, no Sul, em busca de sol e calor para aliviá-lo das dores nos pés que sofrera anos a fio. Ali, trabalhou como empregado de fazenda, trabalhador braçal nos poços de petróleo, carpinteiro; num ofício religioso, conheceu uma jovem quacre, Hannah Milhous, de Indiana, com a qual veio a casar-se. Tentou explorar uma plantação de limões em Yorba

Linda, a uns 50 quilômetros de Los Angeles; sendo carpinteiro, construiu ele próprio a casa em que viviam. A 9 de janeiro de 1913, preparou o fogão e a lareira de modo que houvesse um pouco mais de calor na fria cabana por ocasião do nascimento de seu segundo filho, Richard.

A plantação não deu resultados, e a família mudou-se para Whittier, mas Frank Nixon não estava destinado a vencer ali, tampouco. O armazém e o posto de gasolina que abriu davam-lhe apenas para levar uma vida difícil. Aos 10 anos, Richard Nixon foi trabalhar numa fazenda. Aos 14, empregou-se num parque de diversões, onde conclamava as pessoas a jogarem na roleta. Havia, mais tarde, de lembrar-se de sua mãe a levantar-se às quatro da manhã para fazer tortas que seriam vendidas no armazém; essa mulher que iria trabalhar como servente e cozinheira num sanatório do Arizona, em troca de cuidados hospitalares para o irmão dele, Harold, que estava morrendo de tuberculose. As pessoas com quem falei sobre o assunto nestes anos todos são unânimes em se referirem à mãe de Nixon como sendo uma criatura de bondade radiante, e quando o próprio Nixon fala a respeito dela, seu rosto se suaviza num sorriso, num clarão de reminiscências.

Concluindo o curso secundário, Nixon obteve como prêmio o direito de entrar no Club Harvard da Califórnia; a família, entretanto, não tinha recursos para mandá-lo àquela universidade. Em vez disso, permanecendo em sua cidade, passou a estudar no colégio quacre local, onde nos últimos

anos do curso foi eleito presidente do grêmio. Depois, obteve uma bolsa-de-estudos para a Escola de Direito de Duke, formando-se com a terceira melhor nota de sua turma, o que não o impediu de ser preterido pelos grandes nomes de Nova York em todas as firmas onde pretendeu trabalhar.

Obteve colocação de praticante num escritório de advocacia; recebeu uma admoestação do juiz local sobre irregularidades no processo de um de seus constituintes; meteu-se numa operação arriscada com uma firma de engarrafamento de suco de laranja, que acabou falindo; fez o serviço militar na marinha, durante a guerra — levando sempre uma vida de apertos.

A sorte veio-lhe em 1945: um telegrama de um velho amigo seu, de Whittier, representante de um grupo de comerciantes locais. Queriam um jovem republicano, que fosse veterano de guerra, para concorrer às eleições para o Congresso. Após entrevistarem vários candidatos em perspectiva e ouvirem Nixon falar durante dez minutos, resolveram que seria ele o escolhido.

Como funcionam as coisas

COMUM a todas as características políticas de Richard M. Nixon é a sua fixação em aprender como as coisas funcionam. Quando se conversa com ele, ela vem à tona quase imediatamente, na forma da pergunta: Como se faz isto? Aqueles que só perceberam esta qualidade no seu aspecto negativo, durante a famosa transcrição das fitas, deveriam se lembrar de que

tais conversações foram mantidas na pior época e durante a pior crise da sua vida. As mesmas características de curiosidade, sondagem, suspeita e reflexão (como as presenciei ao curso dos anos, dentro e fora da Sala Oval) fazem dele uma das pessoas mais absorventes com quem se pode conversar.

Em 1946, quando Nixon entrou para a política, as coisas «funcionavam» de modo mais simples: as lições provinham da escola de Whitaker e Baxter. O melhor ataque era a defesa. Bastava escolher um desafeto insignificante e assustar os eleitores, ou uma personalidade popular e atar-lhe um rótulo negativo.

O congressista Jerry Voorhis foi uma das primeiras vítimas desse sistema de ataque. Poucas campanhas foram mais viciosas e irresponsáveis do que aquela. Voorhis, um liberal moderado e inimigo do crescente Partido Comunista, foi denunciado por Nixon como um instrumento dos comunistas – e, a partir daí, destruído. A reeleição em 1948 fez com que Nixon concorresse ao Senado contra Helen Gahagan Douglas, em 1950. Usando sua tática, e sendo ainda mais violento do que contra Voorhis, ele venceu de novo. Agora, estava cotado para ser o companheiro de chapa na campanha de Dwight D. Eisenhower à presidência. Quando eles venceram e Nixon se tornou vice, a veemência de seus ataques aumentou.

Outra característica ficou bem clara a partir dos cartazes de sua primeira campanha: um *poster* com as cores da bandeira norte-americana, mostrando um veterano da marinha uniformi-

zado. O patriotismo, em qualquer país, é invocado tanto pelos políticos honestos como pelos charlatães. No caso de Richard Nixon, seu patriotismo é rigorosamente sincero.

Os muitos anos em Washington, no entanto, enrijeceram o seu autêntico nacionalismo, tanto quando se tratava de fazer política no bom sentido, quanto no sentido mais rasteiro. Jerry Voorhis e Helen Gahagan Douglas podiam não ser fantoches dos comunistas (e não eram mesmo), mas o fato é que havia realmente conspiradores comunistas no país. Alger Hiss foi o primeiro troféu de Nixon: finalmente ele conseguira denunciar e levar a julgamento um alto funcionário do Departamento de Estado, envolvido numa infiltração comunista na diplomacia norte-americana. Desde então, na cabeça de Nixon, a ameaça real ou imaginária de uma conspiração passou a se confundir, quase paranoicamente, com o seu legítimo patriotismo.

Como sempre, em Washington, ele queria saber como as coisas se passavam – e a maneira pela qual a imprensa funcionava parecia simples. Durante a perseguição a Alger Hiss, Nixon se tornou um dos mais úteis «porta-vozes» do governo junto aos repórteres. Com a nação já histericamente entregue à caça às bruxas nos anos 50, muitos desses repórteres lhe eram simpáticos e as reportagens sobre o jovem patriota que desmantelava qualquer conspiração transformaram Nixon numa figura nacional.

Foi com grande surpresa, portanto, que, em 1952, ao concorrer à vice-pre-

sidência, Nixon se viu o alvo de uma feroz campanha pela imprensa. Como senador, ele fora beneficiário de um fundo de 18.235 dólares, que alguns industriais da Califórnia lhe apresentaram, a fim de cobrir despesas políticas. Para Nixon, isto era comum — e realmente o era, na época, e nunca fora segredo. No entanto, a imprensa transformou a história do «fundo secreto» num escândalo nacional. Esta história foi seguida algumas semanas depois por outra acusando Adlai Stevenson da mesma coisa, mas aí já se tratava de um «bolo» particular, levantado pelos amigos do adversário de Eisenhower. O fato é que, aos olhos da opinião pública, Nixon ficou bastante sujo, enquanto Stevenson foi apenas ligeiramente repreendido. Este episódio marcou Nixon para sempre, e sua atitude em relação à imprensa transformou-se em ódio.

A campanha presidencial de 1960 não foi menos importante no seu desenvolvimento político. Ninguém saberá jamais com exatidão quem venceu, pois, na própria noite das eleições, tanto os republicanos como os democratas estavam falsificando os resultados em toda a nação. Historicamente, John Kennedy terá vencido por uma margem de 112 mil ou 118 mil, entre 68 milhões de eleitores. Os números finais nunca foram definidos exatamente, mas a margem de diferença foi de menos de 0,2%. A partir dali, Nixon tomou duas decisões: uma a curto prazo, outra a médio prazo.

A primeira mostrava Nixon no que tinha de melhor: ele não contestaria

o resultado. Os democratas haviam roubado em vários estados, maciçamente no Illinois e Texas, mas o pedido de recontagem teria que ser aceito ou rejeitado individualmente em cada estado. No Missouri, por exemplo, uma recontagem só seria possível no prazo de ano e meio. John Kennedy ia se defrontar com um período difícil na política internacional; precisava demonstrar autoridade — e não seria Richard Nixon quem iria enfraquecer essa autoridade.

No entanto, sempre ficou a mágoa. Apenas 32.500 votos poderiam ter feito Nixon presidente, e ele decidiu que, em qualquer campanha futura, iria arrancar o máximo possível de votos de cada urna. Estivesse bem ou mal junto às pesquisas de opinião pública, o zelo e a vigilância na hora das apurações seriam agora a coisa mais importante para ele — e esse zelo se transmitiria a tudo mais que ele fizesse.

Após a desastrosa campanha para governador da Califórnia, em 1962, Nixon parecia condenado a desaparecer da história. Mudou-se para Nova York, onde esperava começar vida nova como membro da respeitada firma de advocacia Mudge, Stern, Baldwin and Todd — um daqueles «templos» cuja função é cuidar dos interesses financeiros de seus clientes, como, por exemplo, protegê-los contra o excesso de impostos. Tais firmas tratam de heranças, testamentos, apólices e impostos, fazendo do dinheiro um brinquedo, sempre de forma legal, mas como se o dinheiro realmente não fosse mais do que um jogo. Com isso, Nixon também aprendeu como

as coisas «funcionavam» quando se tratava de dinheiro.

O pelotão avançado

QUANDO a vitória finalmente chegou, em novembro de 1968, foi por uma estreita margem. Nixon era um presidente minoritário, eleito pela menor percentagem de todos os tempos, desde que Woodrow Wilson assumira o posto em 1912. O poder estava em suas mãos, mas sem o respaldo de uma maioria, indispensável para se governar. Sua vitória, obtida num país dividido pela guerra e por conflitos raciais, fora organizada pelos homens que haviam dirigido sua campanha. Agora, seriam eles que o auxiliariam no governo. Nixon dependia, portanto, não da maioria ou do mandato, mas de uma equipe.

Não há leis internas que controlem um candidato ou a sua campanha, exceto a de que é o candidato quem escolhe a sua equipe. Por isso, ele é, ao mesmo tempo, tirano e prisioneiro, ao passo que os homens à sua volta simultaneamente lhe obedecem e o dirigem. A equipe de um candidato é dividida por funções, sejam quais forem os nomes que estas recebiam.

O serviço de informações é vital numa campanha. É preciso saber se há alguma passeata ou manifestação de protesto programada; ao nível de rua, isto é tão importante como, no escalão superior, descobrir o que a oposição vai dizer sobre Cuba, o custo de vida ou a paz mundial. Se, em algum comício, houver qualquer agitação promovida por estudantes barbu-

dos ou por belas garotas, será isto o que a televisão tenderá a mostrar por sensacionalismo.

Se se quiser que a mensagem seja transmitida claramente e fique gravada na mente do eleitor, não pode haver erros — custe o que custar. É preciso usar da melhor maneira os meios de comunicação, nem que seja necessário tapeá-los: eles *têm* que veicular a nossa mensagem, não a de nosso adversário. Assim, o candidato precisa de um serviço secreto; a espionagem é necessária, mesmo que nem sempre o candidato seja informado do que ela apurou; isto não é uma brincadeira, é uma guerra pelo poder. Portanto, não venha nos dizer que isso não se deve fazer. Faça e não discuta!

Foi nesta guerra que, em 1960, Harry Robins Haldeman se mostrou um verdadeiro mestre.

A fórmula perfeita

EM 1956, Robert Finch, antigo ajudante de Nixon, arrecadara fundos para a campanha de Eisenhower e Nixon no Sul da Califórnia. Uma amiga sua revelou-lhe que o aluno mais brilhante que conhecera na Universidade da Califórnia era Bob Haldeman, agora um jovem publicitário. Finch relacionou-o como batedor avançado na área de Los Angeles e ele se mostrou incrivelmente eficiente. Por volta de 1960, Finch se tornara o diretor nacional da primeira campanha de Nixon à presidência e, com a promoção de Finch, Haldeman foi elevado ao posto de chefe dos batedores avançados em todo o país.

Quem participou da campanha de 1960 tem dela as lembranças mais díspares. Alguns recordam Nixon como um ótimo sujeito com quem viajar, disposto a qualquer brincadeira ou a rir de uma piada, mas a maioria afirma que, à medida que a campanha evoluía, Nixon cada vez mais se fechava em si mesmo. Sentava-se nos fundos do avião, enquanto os governadores e políticos ficavam mais à frente; Nixon parecia não querer conversa com eles. Preferia que as informações já lhe chegassem filtradas por seus contactos, e que suas instruções também fossem levadas por estes às pessoas que ele devia comandar.

Haldeman ainda não fazia parte do primeiro time, nem viajava regularmente no avião da campanha, exceto já no fim. Normalmente, só ia a bordo numa das escalas, conferenciava com Nixon e saía para fazer o que lhe fora ordenado. «Quase se podia ouvir o clique de seus calcanhares, quando se despedia», disse um dos participantes da campanha. James Shepley, que mais tarde se tornou presidente da Time Inc., afirmou que «Nixon, por sua própria natureza, é um homem de poucos amigos; Haldeman, por sua vez, adora dividir, nunca somar. Quando a necessidade de Nixon encontrou a capacidade de Haldeman, era fácil prever o desastre que se seguiria.»

Em 1968, uma equipe eficiente, composta de pessoas que se estimavam, saiu em campo para o início da batalha. John Mitchell, antigo sócio de Nixon na firma de advocacia, controlava tudo em Nova York, enquanto Richard Kleindienst, do Arizona, já

batia todo o país fazendo política de bastidores. Maurice Stans coletava o dinheiro, Herbert Klein planejava as relações públicas, e Nixon viajava com Pat Buchanan como «contacto de imprensa», Ray Price como redator de discursos, Dwight Chapin como «menino de recados» e Rose Mary Woods como secretária. «Tudo ia muito bem entre nós», recorda Rose Mary, «até que, de repente, em maio, Bob Haldeman apareceu.»

«Era muito divertido», diz Kleindienst, «uma ótima experiência política. Então, no fim de abril, Mitchell nos chamou ao escritório de Park Avenue para dar novas orientações. Agora, Haldeman seria o chefe de toda a equipe, para que Nixon tivesse tempo de pensar nos assuntos mais importantes. Se surgisse qualquer problema, não deveríamos incomodar Nixon, e sim Haldeman. Desde aquela época, exceto ao telefone de vez em quando, nunca mais falei com Nixon.»

Três características de Haldeman são especialmente relevantes para o que aconteceu depois. A lealdade era a primeira, e sua lealdade a Richard Nixon estava sobre todas as outras. «Era uma entrega total», comenta Franklyn Murphy, antigo reitor da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, «um caso de adoração cega, quase um casamento. A tragédia de Haldeman foi justamente a sua lealdade. Encobrir as atividades de Richard Nixon não era um pecado para ele; pecado era apenas qualquer coisa que pudesse impedir sua reeleição.»

A segunda característica era o obsessivo puritanismo que governava

a sua vida pessoal e a sua opinião sobre outras pessoas. Era absolutamente incorruptível a dinheiro, não bebia nem fumava — e condenava quem o fizesse.

Por fim, tinha uma preocupação intelectual com as técnicas da gerência moderna. Em 1968, as táticas de Haldeman, aplicadas à campanha política e contrastadas com as do outro candidato, chegaram ao cume, mas ele não tinha educação histórica que o guiasse, nem experiência legal que o instruisse. Todos os seus conhecimentos de gerência e *marketing* haviam sido aprofundados apenas pela sua filosofia de batedor avançado — a de que se devia fazer tudo que o seu herói ordenasse.

Numa campanha não há conflito entre os meios e os fins. O fim é ganhar e, como numa guerra, os meios não contam. Enganar, mentir e espionar são comuns em todas as campanhas. Uma campanha não é lugar para homens com escrúpulos. Mas que acontecerá, sugeriu um dos batedores de Nixon em 1960, quando o pelotão avançado assumir a presidência? «O que acontece quando todos eles se sentam numa sala em Washington, o presidente confia neles e não há ninguém para perguntar: 'Esperem um pouco, será que isso está certo?'»

Falando pelo presidente

O ESTILO interno da Casa Branca foi estabelecido nos seis meses seguintes à tomada de posse de Richard Nixon. Levou alguns anos para que o relógio consumisse a corda toda, mas o que ainda haveria de errado

começou ali. De fato, o estilo era o de Nixon, e o homem que ele escolheu como «primeiro-ministro», à testa de tudo na Casa Branca, era H. R. Haldeman.

Desde que haviam entrado para a política, eles tinham criado um código tácito: o conceito de controle, a crença de que os fatos podiam e *deviam* ser controlados. O que eles não sabiam era que havia uma diferença essencial entre o jogo sujo de uma campanha e a impecável retidão de que se devem investir os governantes.

Para Bob Haldeman, a Casa Branca oferecia uma oportunidade de testar, ao mais alto nível, as técnicas de chefia que há tanto tempo o fascinavam. Pouco antes de Nixon tomar posse, Haldeman esteve com Eisenhower — e este lhe enfatizou que o principal serviço que ele poderia prestar a Nixon seria o de mantê-lo afastado das «trivialidades do dia-a-dia», permitindo-lhe concentrar-se apenas nas «questões verdadeiramente importantes». Lyndon Johnson repetiu-lhe exatamente o mesmo conselho, e essa advertência se adequou como uma luva ao estilo de Haldeman e ao que ele sabia de seu chefe.

Haldeman achava que a política não era da sua conta. Ele apenas seria um instrumento do presidente, responsável pelo andamento das coisas e pelo pessoal. Inevitavelmente, porém, Haldeman logo se tornou o árbitro da função e posição de todos aqueles, veteranos ou novatos, que invadem Washington no começo de cada administração, sequiosos de poder — e esse poder depende de acesso ao pre-

sidente, o qual só se consegue através do pessoal da Casa Branca.

Nos longos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, as até então simples ramificações ministeriais tinham sido, cada vez mais, removidas da política nacional; a política se tornara muito complicada para ficar limitada a departamentos estanques. Seus possíveis conflitos passaram a ser resolvidos e transformados na política nacional em outro lugar — na Casa Branca. Começando com Eisenhower e intensificando-se com Kennedy e Johnson, a equipe da Casa Branca se tornara um Quarto Poder, tão importante quanto os tradicionais poderes executivo, legislativo e judiciário previstos pela Constituição. Ao comandar esses auxiliares do presidente, Haldeman controlava esse quarto poder — sem qualquer conhecimento da história e nenhuma experiência ou compreensão do que significa o governo de um país.

O presidente exigia o controle dos acontecimentos, o controle da sua burocracia, o controle da sua administração. Haldeman centralizava todos estes controles. Haldeman falava pelo presidente, ao seu mais alto nível; e, fosse sobre um assunto de Estado ou uma simples quizila contra a imprensa, era assim que o mecanismo funcionava.

O maior privilégio para qualquer pessoa que trabalhe na Casa Branca é simplesmente o de trabalhar nela, mas, como se sabe, há outros muito mais tangíveis: há os carros da Casa Branca, os aviões, as reservas instantâneas, o refeitório dos executivos. No entanto, o mais importante privilégio de todos

talvez seja simbólico: o telefone. Sabe-se que, quando se tira o fone do gancho, a secretária de alguém dirá do outro lado: «Casa Branca chamando.» Essas palavras ligam os homens ao poder, fazem deles uma parte do mecanismo que controla a vida, o governo e talvez o destino. É difícil resistir a essa intoxicação, especialmente quando se é jovem, provinciano e recém-chegado ao poder — e os homens que Bob Haldeman escolheu para seu gabinete eram todos assim.

Freqüentemente, quando os memos e ordens eram emitidos da Casa Branca mandando fazer isto ou aquilo, era difícil saber quem os havia autorizado. O Secretário da Defesa, Melvin Laird, político mais do que experiente, estabeleceu a norma de que ninguém em seu Departamento devia acatar ordens da Casa Branca sem que estas fossem antes checadas com várias pessoas. Laird já estava em Washington há muito tempo e se acostumara à expressão «Casa Branca chamando».

Há outra doença que afeta todos os homens que servem um presidente: a incapacidade de ver diferença entre um desejo e uma ordem. Ainda hoje se conta na Casa Branca a história de Eisenhower e os esquilos. Parece que, certo dia, Eisenhower estava jogando golfe num dos gramados da Casa Branca, quando um esquilo resolveu teimar em perturbá-lo. «Tirem esse maldito esquilo daqui!», teria gritado o presidente. No dia seguinte, passeando pelo gramado, ele viu um batalhão de homens do Departamento de Parques, caçando esquilos por todo o

jardim. «Quem deu ordem para fazer isso?», perguntou, furioso — e descobriu que fora ele próprio. Simplesmente, alguém havia «interpretado» o seu desejo.*

Mesmo dentro da Casa Branca, era impossível saber ao certo o que o presidente desejava, ou quem estava falando em seu nome. Diane Sawyer, da secretaria de imprensa da Casa Branca, recorda: «Quantas vezes não vi aqueles memos de Bob, mandando fazer uma coisa ou outra! Sempre acreditamos que Haldeman estava apenas falando pelo presidente, mas o fato era que havia sempre um homem entre nós e o presidente, e um homem, às vezes, pode ser de mais.»

Dentro da nódoa

A EXPLICAÇÃO geralmente aceita sobre o que aconteceu durante a Administração Nixon é a de uma conspiração planejada dentro da Casa Branca para subverter a lei. Absolutamente, não foi isso; o que aconteceu começou de forma invisível naqueles primeiros meses, passo a passo e descoordenadamente, com frágeis raízes, e sob os impulsos de homens que se consideravam perfeitos e que só descobriram tarde demais que estavam infringindo a lei.

* J. B. West, que foi chefe de portaria da Casa Branca, relata, em suas memórias, a insistência de Eisenhower em eliminar os esquilos, e como o Serviço Secreto conseguiu convencê-lo a mandar os animais vivos para uma reserva florestal em vez de caçá-los a tiros.

Tudo começou a 17 de fevereiro de 1969 (exatamente um mês após a cerimônia de posse) quando Bob Haldeman comunicou num memo a John Erlichman, assessor do presidente, que Bebe Rebozo, um amigo de Nixon, tinha sido convidado por este a levantar um fundo particular para uso político, que ficaria à disposição da Casa Branca. Lyndon Johnson havia criado um Clube do Presidente, que angariava contribuições de mil dólares ou mais por pessoa, destinadas ao partido — mas esse fundo operava abertamente. O de Nixon seria inteiramente secreto, uma espécie de conta particular para ajudar os homens do presidente a executar o que eles pensavam ser a vontade ou a ordem dele.

O que se seguiu foi verdadeiramente assustador. John Ehrlichman (conselheiro do presidente, diretor da vitoriosa campanha de 68 e colega de Haldeman na universidade) havia conhecido e se tornado amigo de Jack Caulfield, detetive de Nova York, originalmente contratado para fazer o trabalho de ligação entre os vários *bureaux* eleitorais de Nixon. Em março de 1969 (dois meses após a cerimônia de posse), Caulfield recebeu uma oferta de Ehrlichman para criar um serviço especial de informações para o presidente, e que fosse mais pessoal do que os serviços que o FBI ou a CIA pudessem prestar.

Contudo, um serviço secreto de um só homem pode ser absolutamente secreto, mas não poderá desempenhar muitas missões. Assim, em junho, Ehrlichman contratou um detetive

amigo de Caulfield em Nova York, Tony Ulasewicz, para desempenhar a função de agente secreto político de Nixon, a ser pago através do escritório de Herbert Kalmbach, administrador do fundo particular do presidente. Após ter sido contratado, Ulasewicz nunca mais viu Ehrlichman; recebia suas ordens diretamente de Caulfield. Ulasewicz, um «tira» obediente, não discutia ordens, nem queria saber para onde iam suas informações.

Suas funções (cerca de 30 ou 35 por ano) consistiam em investigar a vida sexual, as bebedeiras e os problemas familiares dos adversários políticos do presidente ou de pessoas ligadas a eles. Sua primeira grande missão foi a de tentar descobrir exatamente o que Ted Kennedy estivera fazendo na noite em que Mary Jo Kopechne se afogou em Chappaquiddick, em julho de 1969 — o que, de modo algum, poderia ser considerado um caso de segurança nacional.

A contratação de Ulasewicz começou a espalhar a nódoa. Não se sabe ao certo se é ilegal ou não, mas mesmo sendo legal que o presidente, como chefe do partido, tenha semelhante tipo de serviço secreto — o caso é que se trata de um golpe baixo. O que se seguiu foi, desta vez, não apenas baixo, mas decididamente ilegal.

Começou com Joseph Kraft, um dissidente entre os jornalistas políticos de Washington. Ao contrário de quase todos os seus colegas, ele é bastante imprevisível em suas opiniões políticas. Nixon ficara tão impressionado pelas reportagens de Kraft sobre a campanha de 1968 (foi ele quem

criou a expressão «América Média») que chegou até a oferecer-lhe um emprego na nova administração. Assim, em maio de 1969, quando Kraft considerou irresponsável a maneira pela qual Nixon via as negociações de paz em Paris sobre o Vietnam, Nixon ficou surpreso.

Quem estaria «dando as dicas» a Kraft? A burocracia, composta ainda em grande escala por membros do Partido Democrata? O presidente queria saber. Passou a ordem a Ehrlichman, que, por sua vez, a transmitiu a Caulfield, o qual contratou um detetive particular para pôr um aparelho de escuta no telefone de Kraft — tudo isso sem autorização de qualquer tribunal. A escuta de pouco adiantou, e foi suspensa uma semana depois. Apesar de tudo, fosse por uma ordem pessoal do presidente ou pela interpretação de Ehrlichman do que ele queria, o fato é que uma lei fora violada.

Uma questão de inevitabilidade

DURANTE toda aquela primavera, Nixon estivera incubando a sua nova diplomacia. As apostas eram altas: paz no Vietnam, estabilidade no Oriente Médio, acordo sobre limitação das armas nucleares, *détente* com as potências comunistas. Todas estas iniciativas eram ultra-secretas e, segundo o presidente, «inter-relacionadas». O sucesso ou o fracasso dependia de absoluto sigilo. Nixon vivia dizendo que «se alguma informação escapar sobre qualquer delas, todas poderão fracassar».

Em abril, Nixon descobriu (como todos os outros presidentes antes dele) que, para a imprensa, a segurança nacional é sempre algo a discutir. A 6 de abril, o *New York Times* publicou um relatório secreto, propondo o fim da guerra do Vietnam pela retirada das tropas norte-americanas. A 1.º de maio, o mesmo jornal publicou cinco opções estratégicas secretas para as negociações de limitação de armas — antes que o Conselho de Segurança Nacional as estudasse. Finalmente, a 9 de maio, o jornal inseriu na primeira página uma reportagem assinada pelo correspondente William Beecher afirmando que os B-52 americanos estavam atacando as concentrações de tropas e suprimentos norte-vietnamitas no Cambodja, com a tácita aprovação do chefe cambodjano, Príncipe Sihanouk, colocando esse governante em situação embaraçosa.

Isto provava que havia alguém falando de mais, prejudicando agora a capacidade de Sihanouk colaborar, e pondo em risco cada elo delicado da diplomacia secreta de Nixon.

Assim que leu a reportagem, Henry Kissinger, que passava um fim-de-semana com o presidente em Key Biscayne, telefonou a J. Edgar Hoover, chefe do FBI. Segundo o memorando de Hoover nesse dia, Kissinger afirmara que a reportagem de Beecher era «extremamente prejudicial e usava informações secretas». Hoover foi incumbido de descobrir imediatamente quem as tinha passado a Beecher, usando todos os recursos que necessitasse, desde, é claro, que fossem «discretos».

Às cinco daquela tarde, Hoover relatou que elas tinham vindo possivelmente de um membro da equipe do Conselho de Segurança Nacional (do próprio gabinete de Kissinger) e de mais alguém num gabinete do Pentágono, cuja equipe, segundo Hoover, era predominantemente «pró-Kennedy e contra Nixon». De fato, ambos os suspeitos eram descritos como «aqueles tipos metidos a besta e lacaios dos Kennedy».

A situação deveria parecer bem clara ao presidente: uma burocracia hostil, uma imprensa adversa e os homens de Kennedy, todos à sua volta, atrapalhando a segurança nacional, e justamente agora que ele, Nixon, se transformava num pacificador mundial.

Assim, a 12 de maio, e em nome da segurança nacional, o processo foi autorizado: quatro telefones de autoridades governamentais foram censurados; na semana seguinte, mais dois; e na outra semana, os de dois jornalistas. Nos poucos meses que se seguiram, a lista cresceu para 17, incluindo dois outros jornalistas e mais sete membros do governo — sendo tudo descrito por John Mitchell, então procurador-geral, como «operações de rotina».

No entanto, elas podiam ser tudo, menos de rotina. Embora a escuta telefônica em caso de segurança nacional fosse legal naquela época, esta estava muito longe do que o FBI sempre fizera. A interceptação dos telefones de bandidos influentes, de membros do crime organizado e de embaixadas sempre fora comum, mas, em

todos aqueles anos até Nixon, pelo que se sabe, só dois membros do governo tiveram o telefone censurado pelo FBI e nenhum jornalista americano.

O interessante sobre esse sistema de escuta e vigilância de Nixon era a característica de inevitabilidade do «deslize» histórico — os deslizes que os homens de Nixon se habituaram a praticar, a princípio inconscientemente, e depois sabendo o que faziam, e até com muita malícia. O próprio presidente disse a este repórter, em seu segundo dia no gabinete, que instruíra Mitchell para controlar com «mão de ferro» aquele sistema. Ele não queria implantar nenhum «clima de terror» no país. Quatro meses depois, ele próprio autorizara a escuta em massa, e sua autoridade fizera com que todos aqueles abaixo dele também se habituassem a «deslizar» através da lei.

À beira do colapso

NO COMEÇO da primavera de 1970, a fome pelo controle, que assolara a Casa Branca, foi desafiada nas ruas por uma insanidade que alarmou não só os homens de Nixon, mas também milhões de cidadãos norte-americanos. A 6 de março, uma casa aparentemente inofensiva na Rua 11 explodiu, e os vizinhos descobriram que no porão havia uma fábrica de bombas. Três corpos foram encontrados entre as ruínas. Na semana seguinte, ameaças de bombas obrigaram 15 mil pessoas a serem evacuadas rapidamente de seus locais de trabalho em Manhattan. Daí a duas semanas,

mais duas pessoas morreram numa explosão em outra fábrica de bombas. Durante todo esse ano, a violência continuaria: um juiz e três outras pessoas morreram durante um tumulto num tribunal da Califórnia; um matemático inocente foi vítima de uma explosão na Universidade do Wisconsin; e um edifício incendiado em Harvard. Ao todo, até dezembro, houve três mil atentados a bomba e 50 mil ameaças.

Tudo isto atingiu o clímax quando, a 30 de abril de 1970, o Presidente Nixon ordenou a mais bem sucedida ofensiva de toda a guerra do Vietnam — um ataque das forças norte-americanas sobre a fronteira não demarcada entre o Vietnam do Sul e o Camboja, exatamente na principal área de refúgio dos norte-vietnamitas.

Bastou isso para que os estudantes pegassem fogo. A 4 de maio, no *campus* da Kent State University, Ohio, após um fim-de-semana de balbúrdias estudantis, um pelotão da Guarda Nacional, comandado por algum louco, disparou à queima-roupa contra um grupo de estudantes, matando quatro e ferindo nove. Um sem-número de universidades já vinha protestando contra a invasão do Camboja, mas, depois do episódio na Kent State, todas as escolas do país começaram a fechar as portas. Oitenta universidades entraram em greve dois dias depois; 200 no fim da semana, e 400 na semana seguinte. Os exames tiveram de ser cancelados, as aulas suspensas e, em poucos dias, os estudantes acompanhados de seus pais invadiam Washington

para pugnar por sua causa. A situação parecia completamente incontrolável.

Os ocupantes da Casa Branca se viram sitiados, não no sentido figurado, mas no real. Terry Lenzner, advogado, que almoçava no refeitório da Casa Branca, ouviu um grupo discutindo a conveniência de se instalarem metralhadoras no jardim. Fúria dos protestos, palavrões, pedras atiradas, sangue correndo, provocações dos sitiados e cruel reação da polícia — esta era a face repelente da política norte-americana, e a culpa maior era de Richard Nixon.

Henry Kissinger diria mais tarde: «O que eles queriam? Liquidar o presidente? Naquela noite, ele esteve na iminência de um colapso nervoso.»

Se Richard Nixon esteve ou não à beira de um colapso em maio de 1970 foi algo que seus colaboradores discutiram interminavelmente durante muito tempo. No entanto, há um registro do seu comportamento (segundo o testemunho de William Safire) na noite de 8 para 9 de maio de 1970, quando os estudantes em protesto estavam espalhados por toda a Washington, ocupando as praças públicas e montando guarda no Lincoln Memorial. Nixon falara nessa noite pela televisão, e depois tentara dormir — mas não conseguira pegar no sono.

Às 10:35, ele começou a telefonar. Primeiro, para Rose Mary Woods; depois, para sua filha Tricia, para o Secretário de Estado William Rogers, para Henry Kissinger, para Bob Halde-
man e para a Sra. Nixon. Nas três horas que se seguiram, foram outros

39 telefonemas. Às duas da manhã, fez uma pausa. Às 3:24, começou a telefonar de novo.

Então, às 4:22, chamou seu motorista, Manolo Sanchez, e, sem uma palavra ao Serviço Secreto ou a qualquer auxiliar, entrou em sua limusine e mandou tocar, primeiro, para o Lincoln Memorial, a fim de conversar com os estudantes sobre a paz, a política externa e o meio-ambiente. Depois, ainda magoado, mandou seguir para o Capitólio, oferecendo a Sanchez um passeio pelas salas vazias do Senado e da Câmara, onde ele outrora se sentara (chegou até a experimentar sua antiga poltrona). A esta altura, o Serviço Secreto já se tinha reunido a ele, enquanto Bob Halde-
man, Ron Ziegler e Dwight Chapin o encontraram na saída do Capitólio. Os cinco foram então para o Hotel Mayflower para tomar café, e Nixon só voltou à Casa Branca às 7:30 da manhã.

Não havia dúvida de que os acontecimentos de maio haviam perturbado o presidente. Embora tivesse comandado uma vitoriosa ofensiva militar, não conseguira um triunfo diplomático no exterior devido a uma quase insurreição interna, uma loucura de rua que parecia fora do controle, tanto de sua equipe como do FBI. Perplexo, começou a pensar numa solução.

A superpolícia

NO DIA 5 de junho, o presidente chamou à Casa Branca os chefes dos serviços de informações norte-ameri-

canos: Richard Helms, da CIA; J. Edgar Hoover, do FBI; o General Donald V. Bennett, da Agência de Defesa; e o Almirante Noel Gayler, da Secretaria de Segurança Nacional. Ali, segundo um dos presentes, ele aplicou em todos um autêntico «puxão de orelhas». Estava desapontado com eles, teria dito; contavam com gente de mais, e todos incompetentes. Queria saber quais eram as ligações entre grupos estrangeiros e as desordens de rua. A partir dali, teriam de formar uma comissão, da qual Hoover seria o chefe, e Tom Charles Huston, da Casa Branca, o chefe de pessoal.

Em todas estas histórias de «sucursais do poder» na Casa Branca, há poucas figuras mais memoráveis do que o jovem Tom Charles Huston. Antes de entrar para a equipe da Casa Branca, aos 28 anos, Huston tinha servido durante vários anos no serviço secreto do exército. No decurso desse período, ele se convencera de que o país estava infestado de inimigos e subversivos; sua ferocidade assustava todos que o conheciam. Começando como redator de discursos, logo se tornou o elemento central da Casa Branca, no trabalho de filtragem de todos os outros serviços secretos federais, na caça a subversivos, agitadores e insurretos. A esta função, Huston logo acrescentou sua própria iniciativa: ele sabia o impacto que provocava um memorando timbrado da Casa Branca.

Assim, pelo fato de ser um homem da Casa Branca, um dos favoritos de Bob Haldeman, e por suas idéias terem chegado ao presidente, Huston

podia agora se sentar à mesa junto com os mestres da espionagem norte-americana.

A 25 de junho, Huston apresentou a Haldeman o relatório sobre o andamento das reuniões com os outros chefes. As atribuições do grupo, como haviam sido definidas por Huston, incluíam a criação de uma estrutura de superpolícia e superespionagem, como até então nunca se vira nos Estados Unidos. O único a resistir a isso foi o velho J. Edgar Hoover, com seus 75 anos. «Hoover era o único obstáculo», anotou Huston. «Quando o grupo de trabalho completou seu relatório, o Sr. Hoover se recusou a aceitar qualquer das conclusões. Suas objeções eram geralmente frívolas ou inconsistentes — a maioria exprimindo sua preocupação sobre possíveis embaraços aos serviços secretos, se essas operações clandestinas chegassem ao conhecimento do público.»

A 14 de julho, Haldeman respondeu num memo a Huston: «As atribuições ora propostas foram aprovadas pelo presidente.» Assim, a 23 de julho, o memo de Huston foi secretamente distribuído a todas as agências de espionagem norte-americanas, em nome do presidente. A lei, pensava Huston, fora quebrada pelos baderneiros e terroristas; por isso, as autoridades também podiam passar por cima dela.

«O Presidente», dizia o memo, «analisou cuidadosamente o relatório da Comissão de Interagências do Serviço Secreto e tomou as seguintes decisões.» As seguintes decisões eram

espantosas: a Secretaria de Segurança Nacional teria permissão para examinar a correspondência de qualquer cidadão norte-americano com o exterior. Todos os serviços de segurança estariam agora autorizados a invadir ou espionar os «grupos e indivíduos que pudessem representar alguma ameaça à segurança interna». As restrições à «fiscalização» da correspondência interna entre cidadãos norte-americanos seriam levantadas — o que significava que o governo poderia ler as cartas de qualquer pessoa. O governo estava agora autorizado a arrombar e penetrar em lares particulares. A vigilância sobre as universidades mais ativistas e sobre estudantes ligados a certos grupos teria de aumentar: «Todas as restrições que limitem essas atividades devem ser removidas.»

O golpe, naturalmente, não durou muito. Hoover foi imediatamente a seu superior, John Mitchell. Este rapidamente intercedeu junto do presidente. Uma ilegalidade tão flagrante não podia nem devia ser a política do governo dos Estados Unidos, na opinião de Mitchell. Cinco dias depois, através dos canais competentes, veio a ordem de que o plano de Huston fora revogado — e, numa tentativa de apagar da história o que acontecera, cada pessoa que o recebera foi instruída a devolver sua cópia do plano; seria como se ele nunca tivesse existido. No entanto, com as atuais facilidades de reproduzir documentos, muitas cópias dele ainda existiam três anos depois, para que os norte-americanos as vissem.

A queda no prestígio de Tom Huston aconteceu logo depois. Seguiram-se mais alguns meses de guerra de bastidores, com Huston despachando memos para Hoover a torto e a direito, desesperadamente. Aos poucos, ele foi se dando conta de que seus memos não estavam sendo atendidos, e de que seu acesso a Bob Haldeman, através de quem ele chegava ao presidente, fora bloqueado. No começo de 1971, Huston se demitiu, convencido de que Richard Nixon, a quem ele ainda admirava, estava influenciado pelos liberais.

Ato de heresia

POR MAIS irregular que tivesse sido a decisão do presidente, ao aprovar o memo de 23 de julho, ou por mais correta que tivesse sido sua decisão de revogá-lo apenas cinco dias depois, o fato é que o resíduo permaneceu. Por um instante, ele se traíra, revelando aquele lado de sua personalidade que insistia que a «segurança nacional» tinha de ser levada até o fim — e aplicada em cada caixa de correio, universidade, telefone ou lar.

Embora essa decisão tivesse sido revogada no último instante, a atmosfera na Casa Branca agora era outra. Até então, a vontade do presidente fora interpretada principalmente pelos puritanos e absolutos Haldeman e Ehrlichman. Esta nova decisão seria interpretada por muitos outros. Não apenas Haldeman, Ehrlichman, Mitchell, Hoover, Gayler, Helms, Bennett e Huston sabiam dela, mas inúmeros outros assistentes, auxiliares e

secretários, além de várias outras pessoas, e os que não tinham conhecimento direto do memorando, ou da sua breve aprovação pelo presidente, não levariam muito tempo para perceber a música pela qual teriam agora que dançar.

O presidente havia aprovado por cinco dias uma suspensão das garantias inalienáveis de cada cidadão, previstas pela constituição norte-americana.

A constituição não é um documento fácil de interpretar; está cheia de contradições, e Nixon fora apanhado numa delas. O objetivo da constituição, como diz o seu preâmbulo, é «formar uma perfeita união, estabelecer a justiça, garantir a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral e assegurar a liberdade». Então, vem a primeira das 10 emendas (a Declaração de Direitos) e surge o primeiro obstáculo: liberdade de religião, de expressão, de imprensa e de reunião; garantias contra a busca ou prisão indiscriminada, exceto se permitida por mandato judicial, e a subsequente garantia de que ninguém «será privado da vida, da liberdade e da propriedade, sem o competente processo legal».

Todos os presidentes foram apanhados nesta contradição. Lincoln, ao suspender o direito de *habeas corpus* durante a Guerra Civil, estava violando a Sexta Emenda, a fim de prover a defesa comum e garantir a tranquilidade interna, no caso vitais para se salvar a União. Franklin D. Roosevelt, violando a 1.^a e 4.^a Emendas ao internar cidadãos nipo-americanos em

campos de concentração, fazia o que pensava ser melhor para prover a defesa comum. Muito antes de Richard Nixon, a expressão «defesa comum» fora alterada para «segurança nacional» e, em nome desta, muitos presidentes arranharam a letra da lei.

Ao aprovar a superpolícia e o memo de Huston, em 1970, Richard Nixon pendera mais para um lado (defesa comum e tranquilidade interna), em detrimento de outro (a Declaração de Direitos). Seus auxiliares tornariam essa tendência ainda mais acentuada, mas nem ele nem os outros imaginavam que seus planos feriam não apenas a lei e a constituição, mas também a confiança do povo.

Os Estados Unidos, com a variada gama de raças que os constituem, só são uma nação por causa da confiança — de que todos os cidadãos estão unidos na sua busca da felicidade pela crença comum na igualdade e liberdade individuais diante da lei. Nixon revogara o plano de Huston, mas era culpado, em termos religiosos, de um Ato de Heresia.

Os pequenos crimes e abusos ocorridos até então não eram piores do que os cometidos pelos presidentes anteriores, mas, de 1970 em diante, a heresia de Nixon seria a de sancionar os passos dos seus auxiliares pela estrada dos crimes sem perdão.

Na segunda e última parte deste livro, a ser publicada no próximo número de *Seleções*, Theodore White analisa os conflitos que levaram Nixon e seus homens ao arrombamento da sede do Partido Democrata e à tentativa de encobrir o fato perante a opinião pública. ▲

ABUSO DE CONFIANÇA:

A QUEDA DE RICHARD NIXON

Condensado do livro de

THEODORE H. WHITE

2.ª Parte



ABUSO DE CONFIANÇA:

A QUEDA DE RICHARD NIXON

Condensado do livro de

THEODORE H. WHITE

2.^a Parte

HÁ UMA espécie de topografia política na Casa Branca sob qualquer presidente, e é a disposição dos homens em suas salas que norteia as órbitas de poder ao redor do presidente na Sala Oval. Até Nixon chegar à presidência, o anel exterior ficava no Edifício dos Executivos, ao lado da Casa Branca, mas agora, este edifício, ou pelo menos o seu primeiro andar, estava intimamente ligado à Casa Branca, e os corredores sul e leste bem podiam se chamar os «aposentos reais». Não apenas porque o incansável presidente escolheu o corredor leste para montar o esconderijo de onde conduzia grande parte de seus assuntos políticos, mas também porque o primeiro andar era

Watergate foi um arrombamento de terceira categoria, cometido por amadores; mas a decisão tomada por Richard Nixon, de encobri-lo, foi o primeiro de uma série de crimes pelos quais o povo norte-americano nunca poderia perdoar a seu presidente. Neste segundo e último capítulo de seu livro, Theodore H. White, um dos principais jornalistas dos Estados Unidos, revela a teia de desonestidade, indecisão e tormento que acompanhou a queda de Nixon.

ainda o domínio de H. R. Haldeman, o mestre das campanhas vitoriosas de Nixon, que se tornou seu chefe de gabinete.

Todos os assessores (exceto Henry Kissinger, Pat Moynihan e Rose Mary Woods), todos os assistentes e homens de ligação estavam sujeitos às ordens pessoais de Haldeman, e este os conduzia com mão de ferro. As moças no serviço de secretaria não saíam nem para almoçar e costumavam ficar até as 11 horas ou meia-noite — ou até que todos os papéis daquele dia fossem despachados. Os guardas das passagens interiores da Casa Branca eram instruídos a se colocar em posição de sentido sempre que algum alto funcionário do gabinete passasse.

Haldeman, desde o começo, nunca teve qualquer dúvida sobre suas funções. O presidente queria tudo sob controle: desde a burocracia e a administração, até os menores fatos. A filosofia tácita de Haldeman era «O que o presidente quiser será feito.»

No entanto, como afirmou um especialista em Nixon: «Havia uma estranha reação química entre ele e Haldeman; quando estavam a sós, algo acontecia que despertava o que neles havia de pior.»

No verão de 1970, muitos homens de bem se empenhavam a fundo nos principais problemas, buscando soluções conseqüentes e interpretando à sua maneira a vontade do presidente, com as melhores intenções — planos

para a paz, para o meio-ambiente, para a integração racial, para a habitação, e levantando fundos para as artes e ciências. Simultaneamente, no centro-nervoso dos «aposentos reais», havia outros interpretando a vontade do presidente com as piores intenções.

Em toda grande empresa, há homens que não conseguem esperar para subir, e começam a procurar atalhos. A ambição é uma característica que pode ser útil e sadia; mas, quase sempre, para aqueles que trabalham na Casa Branca, essa ambição é guiada pelas convicções que os levaram ao serviço do presidente. Não era bem assim nos «aposentos reais». Todos pareciam disputar as atenções de Haldean para que, através deste, o presidente ouvisse falar neles. Se isto acontecesse, a promoção estava à vista, na forma de direção de empresas, fundações, universidades ou nomeações para altos postos no gabinete. Durante a Administração Nixon, este carreirismo foi mais desenfreado do que em qualquer outra. O mundo de Nixon era povoado de inimigos: a imprensa, a burocracia, o Congresso. Os homens que habitavam os «aposentos reais» se consideravam em guerra e, na primavera e começo do verão de 1971, já havia praticamente um movimento clandestino, coeso mas indefinido, na Casa Branca.

Permitir esse tipo de coisas no centro de poder da Casa Branca seria perigoso, mesmo que tivesse sido planejado. Espontânea como era, a coisa se tornava ainda mais perigosa, pois o único elo entre esses carreiristas era a competição para alcançar os im-

pulsos vingativos e amargos que, como eles pressentiam, coexistiam na personalidade de Richard Nixon com as tendências positivas. «Esses rapazes», disse Melvin Laird, «comportaram-se daquele jeito, não porque não compreendessem a política, mas porque não compreendiam a diferença entre o que é certo e o que é errado.»

Os arrombadores

NO DIA 13 de junho de 1971, o *New York Times* começou a publicar o que, desde então, passou a ser conhecido como os Papéis do Pentágono — um relatório secreto do Pentágono sobre os motivos que conduziram ao desastre na guerra do Vietnam. Revelavam alguns segredos importantes e desagradaram terrivelmente a Nixon, embora fossem tomados publicamente como um retrato de como o comportamento estúpido dos democratas sob Lyndon Johnson havia levado o país àquela situação.

De fato, foi esta a opinião inicial na Casa Branca, mas os acontecimentos mudaram radicalmente a idéia de Nixon. Para começar, os documentos haviam sido roubados por um certo Daniel Ellsberg, antigo burocrata do Pentágono, o qual violara tanto as leis civis quanto as de segurança nacional. Em segundo lugar, o *New York Times* (e depois o *Washington Post*) — como o determinou a Suprema Corte a 30 de junho — não infringiu nenhuma lei ao publicá-los. Aqui, finalmente, Nixon viu a confirmação de seus pesadelos: havia uma nefasta aliança entre a imprensa liberal e a traiçoeira

burocracia influenciada pelo Partido Democrata.

O presidente ficou furioso. Se a Suprema Corte se recusava a proibir esses jornais de publicar o que eles bem entendessem, o governo devia reforçar a disciplina interna e impedir novos «vazamentos». O primeiro passo do presidente foi o de dar a John Ehrlichman, seu principal assessor para assuntos internos, uma importante missão: descobrir tudo que fosse possível sobre esse Daniel Ellsberg. Ehrlichman passou o trabalho a um de seus discípulos favoritos, Egil Krogh.

Para alarme crescente de Kissinger e do presidente, agora secretamente empenhados na grande *détente* com a China e a União Soviética, os «vazamentos» de informação continuaram durante o mês de julho. Em meados deste mês, em Los Angeles, o presidente jantava com Kissinger, Haldeman e Ehrlichman e discutiam amargamente o problema. Nixon decidiu falar com Krogh pessoalmente assim que voltasse a Washington. O presidente recebeu Krogh a 24 de julho, um sábado — um dia depois de o *New York Times* ter publicado uma reportagem contando em detalhe o recuo secreto da posição norte-americana nas negociações de limitação de armas (SALT) com os soviéticos.

«O presidente ficou lívido», disse John Ehrlichman, «e pediu contas a Krogh.» A declaração pública de Nixon sobre esse encontro seria depois mais moderada: «Devido à extrema gravidade da situação, e sem saber ainda quais os outros segredos nacionais que o Sr. Ellsberg poderia revelar,

tentei convencer o Sr. Krogh da importância vital de sua missão para a segurança nacional. Não o autorizei nem tive conhecimento de quaisquer meios ilegais a serem usados na consecução de seu objetivo.»

No quadro geral da administração, Krogh prestava contas a Ehrlichman, e este perdera a confiança no FBI; chegara até a classificar essa organização de uma autêntica «peneira», no que de fato estava se tornando, à medida que o velho J. Edgar Hoover ficava cada vez mais relaxado. Ehrlichman queria uma equipe de investigadores para a Casa Branca completamente independentes do FBI e de outras agências de investigação oficiais, mandando para isso recrutar este pessoal. O primeiro a ser chamado foi David Young, o qual já fora transferido da equipe de Henry Kissinger para trabalhar em classificação de documentos diplomáticos secretos. Enquanto isto, Charles Colson, um dos estrategistas políticos de Nixon, convocara seu antigo colega universitário E. Howard Hunt, frustrado agente da CIA, para ajudá-lo nas várias formas de manipular a imprensa e planejar o opróbrio público de Daniel Ellsberg; Hunt foi então transferido para a equipe de Krogh. O próprio Krogh pouco antes conhecera G. Gordon Liddy, ex-agente do FBI e antigo político de Nova York. Liddy estava contratado a 19 de julho, e os três logo começaram a trabalhar no porão do Edifício dos Executivos.

Certo dia, no fim de julho, um visitante viu à porta da Sala 16 um aviso que dizia simplesmente: BOMBEIROS.

Abriu a porta e, sentado à mesa, lá estava David Young. O que significava o aviso? «Sou um bombeiro», respondeu Young, rindo da própria piada, «conserto vazamentos.»

A equipe de «bombeiros» tinha uma ampla escala de atribuições, pois tanto podia ser usada por Colson como por Ehrlichman, mas nenhuma dessas atribuições era mais importante do que a de silenciar Daniel Ellsberg. Um diagnóstico psiquiátrico de Ellsberg, forjado pelos antigos colegas de Hunt na CIA, mostrou-se ineficaz. Precisavam saber mais sobre Ellsberg — não apenas provas para o processarem, mas uma série de difamações para serem enviadas à imprensa. Em fins de agosto, Liddy e Hunt tinham voado para Los Angeles a fim de vigiar o consultório do psiquiatra de Ellsberg e, em setembro, haviam recrutado três mercenários cubanos e estavam prontos.

Os cubanos penetraram no consultório, mas nada encontraram. Além de extravagante, essa missão era rigorosamente idiota porque, com isso, os «bombeiros» haviam infringido uma meia dúzia de leis. Quando, finalmente, os resultados foram anunciados a John Ehrlichman, este pareceu desanimado. Havia autorizado uma «operação secreta» e que «só devia ser realizada na certeza de que não seria descoberta». Pouco depois disso, essa equipe especial da Casa Branca seria formalmente dispersada, mas seus membros continuariam a serviço do movimento clandestino, pois os frequentadores dos «aposentos reais» assim o desejavam.

Watergate

A PARTIR do verão de 1971, tornou-se impossível descrever os acontecimentos em seqüência. Eles estavam se passando dentro de uma larga escala de atividades clandestinas, cada vez mais ambiciosas e competitivas entre si. Três homens, no entanto, podem ser apontados como paradigmas de uma ambição sem limites. Além de Colson, eles eram John Dean e Jeb Magruder.

Dean, conselheiro do presidente, vinha dirigindo nessa época uma campanha de feroz fiscalização sobre os impostos dos inimigos políticos de Nixon. Enquanto isto, Colson dera início a outra operação para reunir os nomes desses inimigos. A lista completa chegou a mais de 300, quase todos de jornalistas abertamente hostis ou de contribuintes dos candidatos democratas.

Jeb Magruder, descrito como um tipo inexpressivo quando fazia parte dos «aposentos reais», tornara-se favorito de Haldeman e passara a vice-diretor do CREEP, o Comitê de Reelection do Presidente. Como se vê, à medida que se aproximavam as eleições de 1972, os principais elementos da «entomage» de Nixon começaram a manipular sua reeleição.

A Casa Branca pedia constantemente mais informações sobre os planos dos democratas. Bob Haldeman passara a John Dean a responsabilidade de supervisionar os serviços de espionagem da campanha — mas tantas coisas estavam acontecendo, e de forma tão erraticamente compartimen-

tada, que qualquer um se veria zozzo. Além disso, John Dean nada entendia de política, nem jamais participara de uma campanha. Dean sugeriu Gordon Liddy a Jeb Magruder para ser o chefe de espionagem do Comitê de Reelection, ao qual logo se juntou seu imaginativo colega no grupo dos «bombeiros», E. Howard Hunt.

O ESCRITÓRIO do procurador-geral, com sua majestosa sala-de-espera, é um dos mais luxuosos entre os dos membros do gabinete. Na fachada do edifício onde ele se instala, lê-se a seguinte divisa: NENHUM GOVERNO LIVRE PODE SOBREVIVER SEM ESTAR BASEADO NA SUPREMACIA DA LEI. Ali, às quatro da tarde do dia 27 de janeiro de 1972, chegaram Jeb Magruder, John Dean e G. Gordon Liddy, a fim de discutirem com John Mitchell os planos para o serviço de espionagem durante a campanha. O Procurador-geral Mitchell estaria a cargo da supervisão da campanha e logo renunciaria a seu posto para se dedicar à direção do Comitê de Reelection.

Liddy começou a espalhar mapas numa prancheta. Era um homem estranho, que certa vez demonstrara a sua capacidade de suportar a dor mantendo a mão sobre uma chama e queimando-a. Seu psicopático senso de patriotismo o levava a ver inimigos por toda parte — comunistas, subversivos, liberais, estudantes, agitadores, Democratas, etc., para ele era tudo a mesma coisa. Havia traçado um plano para as atividades de espionagem do Comitê de Reelection, orçado em um milhão de dólares. Agora, revelava

este plano: interceptar os telefones da sede do Partido Democrata em Washington, raptar agitadores suspeitos na convenção do Partido Republicano, e comprometer os delegados democratas em sua convenção, atraindo-os a bordo de iates onde seriam seduzidos por «prostitutas de alta classe».

Isto não era exatamente o que Mitchell tinha em mente; sem falar no preço, que era muito alto; assim, o procurador-geral disse a Liddy que refizesse esse plano, numa escala mais modesta.

O trio voltou uma semana depois, mas de novo Mitchell torceu o nariz — muito caro e muito arriscado. Seguiu-se uma terceira sessão, quase dois meses depois, a 30 de março, numa *villa* perto da casa de Nixon em Key Biscayne. A terceira proposta de Liddy, para uma ação em base mais modesta, seria ali estudada.

Ninguém parecia entusiasmado com ela, mas a Casa Branca exigia uma completa revelação dos segredos de seus rivais democratas; Liddy já começava a ficar nervoso. «Finalmente», escreveu Magruder, «Mitchell me autorizou a aprovar o plano, mas disse que Liddy deveria receber apenas 250 mil dólares.» Entre outras coisas, o plano previa a interceptação do telefone de Lawrence O'Brien, chefe do comitê nacional do Partido Democrata, localizado num conjunto de edifícios e escritórios em Washington, chamado Watergate. «Discutimos quem devia ser interceptado, e ficou resolvido que Liddy teria de se ocupar primeiro de Larry O'Brien; depois, decidiríamos sobre os outros.»

Em menos de uma semana, Liddy recebeu 83 mil dólares em dinheiro e começou a comprar o material para sua equipe clandestina, mas o primeiro trabalho de interceptação foi, como muitas outras complicadas operações deste gênero, um fracasso. O aparelho no telefone de O'Brien não funcionou, e um segundo aparelho foi mal colocado num telefone de um subalterno. Mitchell ficou exasperado. Liddy devia ser mais competente. Assim, na noite de 16 para 17 de junho, houve o segundo arrombamento — e o desastre.

Os indícios de estupidez que ocorreram no arrombamento foram tão gritantes que desafiam qualquer explicação racional. O método usado era dos mais precários: as lingüetas das fechaduras foram presas horizontalmente com fita adesiva, em vez de o serem verticalmente, para não chamar a atenção. Tendo sido percebidas certa vez por um guarda-noturno numa inspeção de rotina, as lingüetas voltaram a ser coladas com fita na mesma suspeita posição horizontal, o que fez com que o guarda chamasse a polícia. Assim, às duas da manhã, no 6.º andar do edifício Watergate, cinco trapalhões foram apanhados no escritório de Larry O'Brien. O dinheiro que carregavam, em notas de 100 dólares, tinha vindo, através do Comitê de Reelection, de um banco em Miami que, por lei, é obrigado a registrar o número de série das notas — e com isso a origem delas foi facilmente identificada. Um desses trapalhões era James McCord, chefe de segurança do Comitê de Reelection.

O risco aparentemente era mínimo, comparado com o que se podia ter ganho. Nixon acabava de voltar de Moscou, onde lavrara um tento em favor da paz; George McGovern, seu adversário do Partido Democrata, provocara uma cisão na Califórnia. Paz, prosperidade e ordem interna — bastava isto para que a maioria dos norte-americanos votasse em Nixon. Mesmo assim, a ambição de alguns continuava insaciável.

O durão

QUANDO o arrombamento de Watergate veio à luz, a 17 de junho, os chefões do movimento de reeleição estavam cada um no seu canto: Mitchell e Magruder na Califórnia, Haldeman e o presidente em Key Biscayne, Ehrlichman em Washington. Magruder foi o primeiro a ser alertado, por um telefonema de Gordon Liddy. Após consultar Mitchell, Liddy foi instruído para procurar Richard Kleindienst, que fora nomeado procurador-geral após a renúncia de Mitchell, e pedir que o Departamento de Justiça soltasse McCord. Kleindienst foi localizado por Liddy num clube de golfe em Washington, mas repeliu violentamente a proposta e enxotou Liddy indignado. Assim, morreu no nascedouro a primeira tentativa de encobrir o escândalo.

Naquela tarde, um agente do serviço secreto telefonou a John Ehrlichman para dizer que a polícia encontrara uma caderneta de endereços, pertencente a um dos assaltantes, e contendo o nome de um funcionário

da Casa Branca chamado E. Howard Hunt. «Meu Deus!», teria dito Ehrlichman. «Não posso acreditar.» Em seguida telefonou ao Secretário de Imprensa Ronald Ziegler, o qual passou a notícia a Haldeman e a Nixon em Key Biscayne.

Aquele domingo, 18 de junho, em que a reportagem foi publicada no *Washington Post*, foi um dia de intensa confusão, com um fogo cruzado de telefonemas em todo o país. De algum lugar, o presidente convocou Colson. «Ele estava tão furioso», revelou este mais tarde, «que chegou a atirar um cinzeiro na parede, dizendo que nunca tinha visto gente mais burra e que não concebia como alguém ligado à organização da campanha pudesse ter uma relação, mesmo remota, com o que havia acontecido em Watergate.»

Na segunda-feira, a confusão aumentou. Hunt telefonou várias vezes para pedir que lhe dessem garantias; houve o encontro na rua entre Dean e Liddy, e o paranóico remorso deste último, ao afirmar: «Ele me garantiu que era um militar e que nunca iria confessar. Disse que podiam até matá-lo, que nada escaparia.» Naquela noite, houve uma reunião no apartamento de Mitchell. Três dos presentes (Mitchell, Dean e o antigo procurador-geral assistente, Robert Mardian) eram advogados e sabiam que era crime esconder o seu conhecimento do caso. No entanto, se admitissem a verdade, estariam dando um golpe mortal na campanha de Nixon.

Somente na quinta-feira o movimento clandestino começou a traçar

um plano que seria o segundo passo na tentativa de encobrimento da história. O problema era o FBI, que havia relacionado o dinheiro dos assaltantes com o Comitê de Reeleição. Ninguém podia desautorizar o FBI, exceto a CIA — e ninguém poderia autorizar a CIA a fazer isso, exceto o presidente.

É essencial recapitular a seqüência dos acontecimentos e o estado de espírito de Richard Nixon depois que soube do arrombamento. Nas seis semanas que precederam o fato, o presidente vinha desempenhando o papel do durão, do xerife, do homem que dominava a política mundial. A 8 de maio, fizera frente à ofensiva inimiga no Vietnam e reagira com uma brilhante decisão: minar o porto de Haiphong; se necessário, desafiar tanto a China quanto a União Soviética, no jogo de guerra e paz. Ele vencera a partida. Duas semanas depois, tinha ido a Moscou e falara duro pessoalmente com Brejnev e Kossíguin.

Agora, acontecia esta coisa aparentemente banal — um simples arrombamento da sede do Partido Democrata. O episódio que Haldeman lhe relatara era estúpido, sem dúvida, e, naturalmente, embaraçoso — mas, seria assim tão importante?

As relações entre Haldeman e Nixon eram ásperas, diretas, profissionais. «Haldeman estava sozinho com ele na sala», disse Kissinger mais tarde. «Se fosse eu próprio, ou qualquer outra pessoa que lhe tivesse perguntado a respeito, teria sido diferente. Ele teria tentado uma jogada.»

O presidente agora fazia isso com Haldeman. O dia era 23 de junho

de 1972. Haldeman fora avisado por Dean de que ele, Dean, e John Mitchell haviam recomendado à CIA que obstruísse a ação do FBI. Houve uma breve discussão e, então:

Haldeman: «E você acha que não há outro jeito senão fazê-los (o FBI) parar?»

O presidente: «Lógico.»

Haldeman: «Eles dizem que a única maneira de fazer isto é sob instruções da Casa Branca.»

O presidente: «Está certo, não há problema.»

Depois de tantas decisões arriscadas no jogo de guerra e paz, esta decisão não era sequer um lance de dados; era apenas o apertar de um botão e, com esta demonstração de força contra os democratas (adversários insignificantes em comparação com os soviéticos ou os chineses), Nixon continuou:

«Seja durão. É assim que eles são, e é assim que nós temos de ser.»

Com este curto diálogo, o presidente havia passado por cima da lei, assim como tantos dos seus auxiliares, sem perceber direito o que estava fazendo. A partir daí, nunca poderia voltar a percorrer o caminho anterior.

Em menos de cinco dias, o esquema foi reduzido a pó. «Envolver a CIA», observou o General Vernon Walters, vice-diretor da organização, «transformaria o caso numa verdadeira bomba. Não vale a pena correr o risco.» Assim, a CIA recusava-se a ajudar. O movimento clandestino teria que agir por conta própria.

O novo esquema seria efetuado em duas etapas: a primeira, suborno;

a segunda, perjúrio. A 19 de setembro, cerca de 220 mil dólares em dinheiro tinham sido usados, não apenas para os honorários dos advogados de defesa, mas também para as exigências mais extravagantes e extorsivas dos culpados. As conseqüências mais imediatas, no entanto, tinham sido abafadas. Só os que haviam sido flagrados em Watergate foram acusados, além de Hunt, Liddy e McCord.

O objetivo era cortar ali o elo de criminalidade, antes que ele conduzisse a Magruder e Mitchell. Isto exigia perjúrio: o tribunal devia ser convencido de que ninguém autorizara o comportamento de Liddy e Hunt. Este argumento foi ensaiado várias vezes entre Mitchell e Dean. Eles não imaginavam que usar os poderes da justiça para encobrir um crime varreria do mapa tudo que Nixon conseguira, e levaria os Estados Unidos à sua primeira autêntica crise constitucional desde a Guerra Civil.

Um segundo crime

A PARTIR do momento em que Scott Armstrong e Don Sanders começaram a apertar Alexander Butterfield, a 13 de julho de 1973, uma crise constitucional era inevitável.

Armstrong e Sanders eram membros da comissão chefiada pelo Senador Sam Ervin, para investigar o caso Watergate e outras irregularidades na campanha presidencial de 1972. Butterfield tinha sido colega de Bob Haldeman na universidade e fora convidado para trabalhar na Casa Branca, onde, durante três anos,

ocupou um gabinete vizinho à Sala Oval. Naquela tarde de sexta-feira, Butterfield vinha sendo interrogado havia horas, mas existia uma estranha lacuna em sua explicação de como se tomaram notas das reuniões na Casa Branca. Seus interrogadores apertaram-no ainda mais. Havia gravações?

«Eu preferia que vocês não me perguntassem isso» — era a única resposta de Butterfield. Então, finalmente se revelou: havia fitas gravadas. Três dias depois, Butterfield fez a mesma revelação à Comissão Ervin e à nação. A pergunta insistente do Senador Howard Baber — «Que sabia o presidente sobre o assunto e quando veio a sabê-lo?» — tinha agora uma resposta obviamente oculta em alguma parte.

O sistema de gravações na Sala Oval e na do Gabinete começou, segundo os registros, a 16 de fevereiro de 1971. Dois meses depois, a sala secreta no Edifício dos Executivos foi também ligada ao sistema de gravações, assim como os três telefones que o presidente costumava usar na Casa Branca. Além de alguns especialistas da Divisão Técnica do Serviço Secreto, apenas quatro homens sabiam da existência dessa rede: Nixon, Halde- man, Butterfield e Lawrence Higby, um jovem assistente de Haldeman. Supunha-se que só a História iria conhecer o verdadeiro Richard Nixon — algum dia no futuro distante. À medida, porém, que os meses se passavam, o verdadeiro Nixon habituou-se à intimidade da História e começou a falar à vontade para os gravadores, no seu melhor estilo — e no pior.

AS FITAS revelam que o «pecado original» foi cometido a 23 de junho de 1972, quando, com a maior casualidade, Nixon se comprometeu na tentativa de usar a CIA para obstruir a ação do FBI. Dali para frente, o assunto estava nas mãos do movimento clandestino, cujo funcionamento ele não conhecia em detalhe, mas que considerava aceitável. O caso fora abafado e o presidente vencera a eleição por extraordinária margem. «John», disse ele a Dean, mais tarde, «não tenho dúvidas sobre a eficiência dos planos de antes da eleição. Você fez tudo certo.»

Contudo, em fins de fevereiro de 1973, quando o Senado começou as primeiras articulações para formar a Comissão Ervin, as transcrições assinalam o início de uma autêntica preocupação no conselho do presidente. Era óbvio que a comissão iria iniciar uma campanha pública de enorme impacto — com a imprensa, os liberais e o Sistema, todos contra ele, a não ser que houvesse um meio de tapeá-los com uma contra-ofensiva.

A coisa seria posta nos seguintes termos: Sim, os republicanos tinham espionado os democratas em 1972, mas o presidente já havia declarado que achava isso «lamentável» — e Lyndon Johnson tinha espionado Nixon em 1968. Essas coisas são assim mesmo, e daí?

Tudo que se passou dentro da Casa Branca, de fevereiro a abril de 1973, pode ser descrito como uma recusa de aceitar o que se chamava de o Teorema de Chappaquidick, derivado da experiência do Senador Edward Ken-

nedy após o afogamento de Mary Jo Kopechne em 1969. Quando há algum problema, os devotados admiradores dizem ao seu líder que espere até que o escândalo seja encoberto por outra boa manchete. Tal conselho é errado. Não há melhor época para se solucionar qualquer problema do que logo que ele ocorre.

No estranho dialeto dos conselheiros de Nixon, esta opção foi chamada de «engrolar» — ou seja, contar a história (ou a parte da história que se pudesse contar) antes que a imprensa a descobrisse. Das transcrições das fitas do dia 13 de março em diante, pode-se ver o presidente decidindo-se por esta opção, depois desistindo dela, então tentando assumi-la de novo, e finalmente desistindo outra vez. As atividades clandestinas nunca tinham sido contadas ao presidente em detalhe e, quanto mais ele sabia delas, mais difícil se tornava «engrolar».

No dia 13, o presidente está falando com John Dean na Sala Oval e fica surpreso quando este comenta, quase casualmente, que as transcrições das fitas gravadas em Watergate tinham *realmente* chegado à Casa Branca, ao gabinete de Gordon Strachan, um dos jovens assistentes de Haldeman. O que chega às mãos de Strachan é passado para Haldeman; o que chega às mãos de Haldeman, é passado para o presidente.

«Ele sabia?», pergunta o presidente, aturdido. «Strachan sabia sobre Watergate? Estou perdido.» O presidente tenta calcular as conseqüências dessa informação dentro da possibilidade de «engrolar»; a história

não poderia ser contada, se Haldeman estivesse envolvido.

Quatro dias depois, sobrevém a escalada da tensão. Nixon e Dean concluem que deverão admitir a existência de uma operação de espionagem por parte do Partido Republicano, mas que não tinham conhecimento de qualquer intenção ilegal. Dean recorda ao presidente que ele, Dean, ouvira discussões sobre espionagem no gabinete de Mitchell, e então o presidente interfere: «Bolas! Você não precisa mencionar a palavra *espionagem*» — e passa a sugerir em voz alta como deveria ser escrita a declaração.

Então, Dean surpreende mais uma vez o presidente: «Sabe, há aquele outro problema — o de Ehrlichman.» Dean até parece Sherazade contando sua história ao califa: conta um capítulo de cada vez, e cada capítulo termina em *suspense*. Agora diz a Nixon que Ehrlichman estava diretamente envolvido no arrombamento do consultório do psiquiatra de Daniel Ellsberg.

Pode-se notar que o presidente acaba de ser informado de uma ilegalidade que minará todo o argumento do governo, no próximo julgamento de Ellsberg, mas que ele decide não fazer nada até o dia 25 de abril, dali a cinco semanas, quando o Procurador-geral Kleindienst irá notificá-lo oficialmente do assunto e forçá-lo a agir.

Nixon ainda confia em que ninguém poderá provar nada contra ele nem contra seus assessores diretos, porque, até então, não se sabia da existência das fitas da Casa Branca e elas nunca

viriam a público, devido aos privilégios do Executivo. A mente de Nixon não estava, portanto, voltada para o verdadeiro problema — o de que dois crimes distintos haviam sido cometidos. O primeiro fora um arrombamento de terceira categoria; o segundo, mais sério, era a contínua ação do presidente para impedir a lei de descobrir e aplicar a justiça sobre os autores do primeiro crime.

Ganhando tempo

NAQUELE fim - de - semana, 17-18 de março, E. Howard Hunt decidiu agir. Pai devotado de quatro filhos e tendo perdido a mulher num desastre aéreo em dezembro anterior, Hunt sabia que seria condenado — a menos que desembuchasse.

Que ganhava ficando calado? Quem iria cuidar de seus filhos? Hunt já tinha tentado negociar uma promessa de clemência com o presidente, através de Colson. A resposta não o convencera o suficiente. Agora, iria estrilar. Exigiria 130 mil dólares, antes do julgamento a 23 de março, ou iria contar todas aquelas «sujeiras» que fizera para Richard Nixon.

O dinheiro, porém, acabara. Ao todo, o movimento clandestino gastara mais de 350 mil dólares para comprar silêncio. John Dean *tinha* de levar mais aquele problema a Nixon.

Dean e o presidente se sentam, às 10:12 do dia 21 de março, na Sala Oval. Dean deseja falar sobre «algumas coisas que o senhor desconhece. Temos um câncer... que está começando a afetar a presidência.» É evi-

dente que Dean tem todo o discurso preparado.

Com grande objetividade, conta como tudo começou e, pela primeira vez, deixa claro ao presidente que o perigo, na realidade, não está no arrombamento de Watergate, mas no que aconteceu depois. (Posteriormente, nas transcrições, os conselheiros do presidente usarão a palavra «rescaldo» no lugar de «encobrimento»; mas, naquele instante, os agouros políticos do «rescaldo» ainda não estavam claros.)

Num ponto, Dean é bastante claro: eles agora estão sendo chantageados por Howard Hunt, cuja necessidade de dinheiro é crítica. «Então, pelo amor de Deus, arranje-o!», diz o presidente. Não há outra forma de interpretar esta conversação: o presidente ordenou a Dean ganhar tempo (comprar tempo, seria mais correto). De fato, nessa noite, 75 mil dólares são passados ao réu.

O que fazer com o tempo ganho? Naquela tarde, o presidente fala com Dean, Ehrlichman e Bob Haldeman. O que eles precisam formular é uma história de aparente sinceridade, uma história que pareça dizer tudo, mas que não diga nada. Isto será trabalho para Dean, e ele já tem ordens de executá-lo.

No entanto, como disse o presidente nessa mesma tarde: «Que raio de história ele vai inventar, sem revelar alguma coisa?» Nixon debateu-se com esse enigma ao longo do mês.

Às duas horas da tarde do outro dia, o presidente voltou a se encontrar com o alto comando — Mitchell, Halde-

man, Ehrlichman e Dean. Este último deveria ir para Camp David, o retiro presidencial, a fim de escrever logo a história sobre a qual o presidente iria «basear» sua defesa. Quando Dean deixou a sala por alguns instantes, o presidente virou-se para seu amigo John Mitchell e disse: «Estou pouco ligando para o que acontecer. Você tem que cercar o caso por todos os lados. Aí, deixe que eles invoquem a Quinta Emenda, o encobrimento, o que quiserem.»

Depois dessa explosão, o presidente recobrou o autocontrole. «Por outro lado, eu preferia que você tratasse o assunto de outro jeito.» Este outro jeito era contar tudo, mas ninguém sabia como fazê-lo.

Na tarde seguinte, o presidente viajou para Key Biscayne e só voltou na outra segunda-feira, tempo em que uma nova crise tinha ocorrido. Na manhã de sexta-feira, 23 de março, o Juiz John Sirica sentenciou Hunt e quatro dos outros implicados em Watergate que em janeiro haviam admitido culpa. A inteligência e a dignidade de Sirica tinham sido ofendidas pelo testemunho à sua frente, e os acusados estariam sendo sentenciados a penas condicionais de 35 anos de cadeia para Hunt e 40 anos para os outros. Havia, porém, uma saída. «Não creio que o governo queira se vingar de vocês», disse Sirica. «A sociedade nada ganhará com isso. A sentença que impus dependerá principalmente da cooperação de vocês com o Senado dos Estados Unidos.»

O juiz revelou também uma carta que recebera de James McCord, que

(juntamente com Liddy) negara a culpa, mas fora não obstante condenado. Este, favorecendo a clemência, admitira que os réus tinham sido pressionados para não falar, que fora cometido perjúrio e que havia outros envolvidos. Sirica adiou a sentença de McCord e deu a Liddy a pena mínima de seis a oito meses.

A Comissão Ervin foi na pista deles e seus membros não faziam segredo diante dos jornalistas. No dia 26 de março, o *Los Angeles Times* publicou que McCord teria dito a Samuel Dash, principal investigador da comissão, que achava que John Dean e Jeb Magruder estavam envolvidos. Em poucos dias, o nome de John Mitchell foi acrescentado à lista — e a Casa Branca sabia que muitos ainda poderiam seguir-se.

Aflicção sem precedentes

A ÚLTIMA semana de março terminou em confusão como habitualmente. Dean não conseguiu entregar a tempo sua história, preparada em Camp David; e nem Mitchell nem Haldeman foram capazes de pensar numa estratégia. A imprensa, a essa altura, estava noticiando mais coisas do que eram do conhecimento do próprio presidente; assim, para fechar a semana, na sexta-feira, 30 de março, Nixon atribuiu uma nova responsabilidade a John Ehrlichman — uma investigação completa e detalhada de todo o negócio, do começo ao fim. Feito isto, o presidente estava pronto para fugir dos jornalistas, e ir para San Clemente, a fim de repousar por nove dias.

No entanto, quase simultaneamente com a sua partida, uma nova fase começava. Duas das figuras-chave da conspiração, John Dean e Jeb Magruder, cada um por seu turno, começaram a vacilar. Desconfiando um do outro, apanhados na mesma ratoeira, cada qual queria ser o primeiro a cair nas boas graças dos acusadores do governo. Os advogados de Dean foram os primeiros a dar a partida: na segunda-feira, 2 de abril, já estavam negociando com o gabinete do promotor, e, nas duas semanas seguintes, Dean estaria contando tudo que achasse aconselhável contar.

Quando o presidente voltou à Casa Branca no domingo, 8 de abril, estava em muito mais apuros do que pensava. As transcrições refletem o caos que se passava na cabeça de Richard Nixon. As conversações gravadas embarafustam-se por meandros de pensamentos e meias frases, e só podem ser atribuídas a uma aflição sem precedentes.

A única constante era a de incompreensão do problema e a sua certeza de estar inocente. Ele não era (e *sabia* que não era) culpado de ter ordenado o arrombamento de Watergate; seus homens é que tinham feito isso. (Sua ordem de 23 de junho a Haldeman, para obstruir a investigação do FBI, se ele se lembrasse dela, não era de grande importância.) Agora, as coisas estavam fora do seu controle, e sua mente não conseguia entender direito o que tudo aquilo significava.

A mais clara das conversações foi a mantida entre Nixon, Haldeman e Ehrlichman, na sala secreta do Edi-

fício dos Executivos às 8:55 da manhã de sábado, 14 de abril, e se prolongou por duas horas e meia.

John Ehrlichman apresentou seu relatório. O processo se acelerara, dizia ele; já não era uma corrida contra a imprensa, mas uma corrida para se registrar que «daqui a dois meses, três meses ou um ano» ficaria bem claro que o presidente agira logo que recebera a informação que Ehrlichman agora lhe trazia. Eles precisavam passar uma descompostura em Mitchell ainda naquele dia, o mais depressa possível.

As coisas ficam mais definidas para o presidente. Ele diz: «O encobrimento... bem, basicamente, é um segundo crime, não é, John? Você acha que eles continuarão investigando o encobrimento, mesmo se Mitchell for envolvido?»

Ehrlichman diz-lhe que pensa que sim, e então eles se preparam para, publicamente, ocultar o encobrimento, entregando a «cabeça» de John Dean. O presidente ainda desconhece, obviamente, os detalhes do suborno e da campanha de silenciamento. O novo plano prevê que o dinheiro teria sido usado como «doação», e não para silenciar os implicados. Este plano prevê um novo bode-expiatório: John Dean.

Estas conversações se baseavam na premissa de que o presidente seria o primeiro a entregar os responsáveis (seus antigos colaboradores) à justiça, mas, naquele mesmo sábado, Dean e Magruder já lhe tinham passado à frente. Por volta da meia-noite de domingo, depois de longas

conversas com Henry Petersen, procurador-geral assistente, Nixon finalmente se apercebia da sua desastrosa situação. Petersen agora já tinha provas quase suficientes, fornecidas por Dean, para incriminar Mitchell; Dean se oferecera para lhe contar tudo, com a condição de que, qualquer que fosse a sentença que lhe coubesse, a mesma devia ser aplicada também a Haldeman e Ehrlichman. Assim, o plano de sábado fora completamente destruído.

Perda de controle

O PRESIDENTE estava mais uma vez lutando com o problema que não havia conseguido resolver a 21 de março: como dizer algo sem revelar tudo. Na segunda-feira de manhã, ele propõe a Dean que se demita, mas este reage, dizendo que, nesse caso, Haldeman e Ehrlichman deviam sair também. Nixon expõe a Henry Petersen durante quase duas horas a necessidade de urgência na obtenção de uma declaração: temos que «nos manter à frente dos fatos», acreditava. «O presidente tem que mostrar isenção.» Petersen, entretanto, não podia ver como manter-se isento sem demitir imediatamente Ehrlichman e Haldeman.

Assim, sem chegar a qualquer decisão, por toda a manhã e a tarde de 17 de abril, tendo Petersen, Ziegler, Haldeman e Ehrlichman em cima dele, o presidente aprovou uma declaração pública sobre o caso Watergate, que seria a primeira de um caminho que levaria afinal a 15 decla-

rações ou cartas-abertas, oito entrevistas coletivas e quatro apresentações na televisão para esclarecimento público.

A explicação inicial fornecia o tom para o resto do texto. Admitia relutante o que tinha de ser admitido, abrindo mão das imunidades executivas para que os auxiliares da Casa Branca pudessem depor publicamente junto à Comissão Ervin. De maneira ambígua, admitia o que já não se podia negar: que a 21 de março, «em consequência de sérias acusações que chegaram ao meu conhecimento», tinha mandado proceder a uma investigação inteiramente nova, em resultado da qual qualquer dos componentes de seu governo que fosse acusado de atividade criminal seria suspenso e, segundo achava, não devia ter recurso a imunidades administrativas.

O presidente havia entregue Mitchell, Dean e Magruder à justiça, assim como a escória rastejante do movimento secreto, mas ainda não se achava em condições de chegar a esse ponto com Haldeman e Ehrlichman, e, ao protegê-los, estava contrariando a lei e violando a ética comum. A 16 de abril, prometera a Petersen que tudo o que este lhe dissesse ficaria exclusivamente entre os dois, mas em poucos minutos iria quebrar a promessa, explicando aos seus dois colaboradores o que os envolvia e a si próprio.

Então, na tarde de sexta-feira, 27 de abril, Nixon soube que o *New York Times* iria publicar uma reportagem insinuando que o depoimento de Dean

implicaria o próprio presidente na teia dos crimes deslindados.

Nixon convocou Henry Petersen à Sala Oval às 5:37 daquela tarde. Seria verdade? Teria o chefe da promotoria pública acusações a fazer ao Presidente dos Estados Unidos?

«Escute, Henry, isto é uma coisa que eu preciso saber... Você compreende, eu lhe contei tudo o que sabia a respeito deste assunto», disse o presidente.

Petersen deixa a sala para ir telefonar aos seus auxiliares e retorna daí a 20 minutos; e o presidente recebe-o com esta frase quase shakespeariana: «...como em tudo o mais, há alguma consistência e alguma falsidade.»

Petersen declara que o advogado de Dean havia ameaçado: «Ele vai arrastar o presidente, não neste caso, mas em outras coisas.»

Nixon ficou a bem dizer incoerente por mais de meia hora; depois, conseguiu recompor-se. Reviu minuciosamente, com a clareza dos velhos tempos, as opções que lhe restavam. Está conversando com Petersen, que é um de seus instrumentos de governo, a quem pode recompensar ou punir, refletindo se o Departamento de Justiça devia ou não conceder imunidade a Dean. O pensamento ali, no interior do cérebro do presidente, deve ter sido o de que, recusando imunidade a Dean, ele também estaria apto a silenciá-lo, e dessa forma a proteger Haldeman e Ehrlichman. «Agora, no caso de Dean, não quero dar a impressão... de que, dizendo 'Não conceda imunidades aos auxiliares diretos, esteja tentando impedir que

Dean forneça provas contra Haldeman e Ehrlichman... Você está me compreendendo?»

Mas é logo interrompido. A frieza das transcrições consigna o seguinte:

Petersen: «Estou. Também quero que me entenda. Considero a concessão de imunidades segundo os dispositivos da lei, como sendo de minha competência, de cuja responsabilidade não posso me afastar.»

Presidente: «De acordo.»

Petersen: «E... procuramos sondar outras opiniões, mas só posso tomá-las a título de consulta.»

As transcrições não consignam as pausas nem sinais de alarma, mas a verdade é que Henry Petersen, funcionário contratado, nível IV, estava lhe dizendo na cara que se considerava sob a tutela da lei, e não do presidente. Nixon perdera o controle.

A carnificina

NO SÁBADO, Nixon aconselhou-se com Leonard Garment, recentemente designado para o seu gabinete como assistente legal no caso Watergate, o qual, por mais de duas semanas, vinha apoiando a demissão de Haldeman e Ehrlichman. Invocava o entendimento de Gladstone de que um grande primeiro-ministro deve às vezes ser um carniceiro, e sugeria que o presidente nomeasse Elliot Richardson procurador-geral, no lugar de Kleindienst. (Kleindienst, que servira sob as ordens de John Mitchell, alegou conflito de interesses na hipótese de ter de processar seu antigo superior hierárquico, e estava demissionário.)

Nixon convocou o Secretário de Estado William Rogers, pedindo-lhe que telefonasse a Richardson e explicasse a este a necessidade de aceitar o posto. (Após alguma relutância, Richardson concordou em aceitar.) O presidente perguntou depois a Rogers se este podia demitir Haldeman e Ehrlichman. Rogers argumentou dizendo que, não os tendo ele admitido, não podia, nem iria demiti-los. O presidente então pediu a Rogers que fosse encontrá-lo, no dia seguinte, em Camp David, a fim de presenciar a demissão de Haldeman e Ehrlichman, que ele próprio, presidente, faria. Rogers novamente se negou a isso. O presidente pediu por fim a Rogers que, de qualquer forma, fosse à Camp David e simplesmente ficasse por lá, sem participação direta, enquanto ele se encarregasse da demissão dos dois altos auxiliares. Com isso, Rogers concordou.

Dessa forma, foram todos para Camp David no domingo, 29 de abril, quando se daria a «carnificina». O presidente havia assegurado a Richardson, numa conversa a dois, que não estava de forma alguma envolvido pessoalmente no escândalo («Ele me disse isso da maneira mais convincente», recordou Richardson mais tarde). Garment foi designado conselheiro da presidência, em exercício, para o caso Watergate, com a promessa específica (relembra Garment) de que teria acesso a todos os dados (o que não teve) e a garantia do presidente quanto ao seu próprio «não-envolvimento».

O presidente então ocupou-se da missão de despedir Haldeman e Ehrlichman, enquanto Rogers permanecia

numa sala contígua. Haldeman guarda para si próprio a lembrança desse dia, mas Ehrlichman recorda-se de haver sido recebido no terraço pelo presidente, que lhe foi logo dizendo que se tratava de uma conversa muito desagradável. Em seguida, entraram e, no interior da sala, o presidente fraquejou e começou a chorar, oferecendo-se para ajudar no pagamento dos honorários dos advogados com a utilização de uma grande soma que estava à disposição dele próprio, o que foi recusado por Ehrlichman. Nixon então perguntou se havia alguma coisa que ele pudesse fazer, e Ehrlichman lhe teria respondido, como mais tarde declarou: «Disse-lhe que talvez ele pudesse explicar a meus filhos as razões por que me pedia para deixar o cargo.»

No princípio da tarde, a demissão já se tinha consumado, e o presidente foi jantar a sós com Rogers, que se recorda de ter sido aquele um momento bastante sombrio, com o presidente quase sempre em silêncio, contemplativo, muito preocupado com as conseqüências do que fizera. A certa altura, reclamou amargamente do Juiz Sirica, e Rogers tentou explicar-lhe que este estava apenas tentando deslindar a verdade do processo. Nixon referiu-se cautelosamente a «outras coisas» que poderiam advir, mas Rogers não soube ao que ele queria aludir.

Fitas «radiativas»

ESTRANHOS uns para com os outros, não ligados nem por um passado comum nem por um entendimento mú-

tuo em torno de seu líder, nenhum dos novos funcionários da Administração Nixon conhecia o grau preciso de sua missão. Seu superior era Alexander Haig, general de quatro estrelas, cuja formação o levava a confiar na palavra do presidente, seu comandante supremo em quaisquer circunstâncias.

«Assumi o lugar com 100 dos 500 altos postos do governo não preenchidos, ou com seus titulares demissionários ou demitidos», disse Haig. «O moral estava baixo. Tínhamos que preencher claros em todos os níveis da administração.» Com pouco, entretanto, seria dada igual prioridade ao caso Watergate. «Só que nesse particular não tínhamos qualquer estratégia a seguir, nem base de conhecimento do que viria depois. Precisávamos de um corpo jurídico, e não tínhamos ninguém.»

O novo corpo de auxiliares de Nixon procedia em caráter individual, buscando uma estratégia para defender o seu chefe. As fitas constituíam o motivo principal da confusão; ninguém sabia, ao assumir os cargos, da existência do sistema de gravação, e só aos poucos o fato foi conhecido. Sem as fitas, não havia provas contra a pessoa do presidente, a não ser a palavra de John Dean. Com elas, a principal testemunha contra o presidente só podia ser ele próprio — mas ninguém, exceto Nixon, tinha qualquer idéia quanto ao verdadeiro conteúdo das fitas.

A razão por que Nixon não ordenou pessoalmente a destruição das fitas há de permanecer matéria para especulação, a menos que o próprio Nixon

venha a pronunciar-se sobre isso. Ele se mostrava orgulhoso de sua gestão e das vitórias alcançadas, e por isso talvez não quisesse perder o registro de tais fatos. É possível mesmo que se julgasse realmente inocente, ou, quem sabe, achasse as fitas tão seguramente mantidas sob privilégios executivos que nem se importava com elas — o que deve ter sido provavelmente o caso.

A 16 de julho, Alexander Butterfield assumiu o posto e revelou a existência das fitas. A partir desse momento, tornou-se legalmente impossível a destruição dessas provas; o mais que se podia fazer era impedir que elas continuassem a consignar a história, e Haig, sob sua própria responsabilidade, desmantelou todo o sistema de gravação da Casa Branca, dirigindo-se em seguida ao Hospital Naval de Bethesda, onde Nixon estava se tratando de uma pneumonia, a fim de informá-lo sobre o caso. O presidente não fez qualquer objeção.

Contudo, os rolos de fita, as palavras, as gravações permaneciam no subsolo do Edifício do Gabinete Executivo, guardadas em quatro ou cinco gavetas de arquivos de aço convencionais, imprecisamente catalogadas e mal arquivadas, numa sala trancada eletronicamente e vigiada pelo serviço secreto.

O acesso às gravações era feito somente com autorização expressa de Nixon. Garment não podia ouvi-las, mesmo estando encarregado da defesa de Nixon junto à Comissão Ervin. Haig comunicou a Garment que Nixon havia se recusado a permitir

que ele ou qualquer outra pessoa ouvissem as fitas. A mesma comunicação foi feita a Fred Buzhardt, assessor especial do presidente.

Ninguém queria precipitar as coisas. Contudo, uma vez confiada a um dos membros do círculo mais íntimo da Casa Branca, acabou por se espalhar a versão de que as fitas eram «radiativas». «Quem quer que as ouvisse», confiou-me Ron Ziegler, ao evocar os acontecimentos daquele verão, «estava sujeito a ser incriminado. As fitas constituíam perigo para quem as escutasse.»

«Tínhamos receio de descobrir outros fatos», disse Garment. «O clima era o de um desagradável não-comprometimento. Não queríamos concatenar os fatos; tínhamos receio do que pudéssemos vir a descobrir. Era como se brincássemos de cabra-cega. Foi assim que chegamos ao caso Cox em setembro e outubro daquele ano.»

A guerra pelas fitas

ARCHIBALD COX, professor de direito em Harvard, tinha sido designado Promotor Especial para o caso Watergate, por Elliot Richardson, a 18 de maio de 1973, e, logo após as revelações de Butterfield, para consternação dos homens da Casa Branca, formulou uma petição requerendo ao presidente que apresentasse nove gravações específicas. Recebida a 23 de julho, segunda-feira, a petição foi rejeitada dois dias depois.

No mês de agosto, o Juiz Sirica presenciou a «guerra» de troca de citações entre Cox e o novo defen-

sor constitucional do presidente, Charles Alan Wright. Este argumentava com um grande tema de ordem constitucional: destituir o presidente da franqueza e da opinião sincera de seus assessores imediatos, mediante a divulgação do teor de suas conversações, seria ferir de maneira contundente o privilégio executivo. Sirica pesou o argumento e considerou o valor do privilégio executivo em contraposição ao pedido de apresentação de provas criminais, concluindo por rejeitar, a 29 de agosto, a contestação de Wright. O caso passou daí ao Tribunal de Apelação, que a 12 de outubro se pronunciou a favor de Cox, concedendo sete dias para o cumprimento da decisão.

É preciso que se tenha presente a interação das pressões que agiam nessa época sobre a mente de Nixon para se compreender o caos em que ele então tomava suas decisões. Especialmente nessa noite de 12 de outubro, sexta-feira, o ataque dos árabes contra Israel, a Guerra do Yom Kippur, já tinha começado havia uma semana, e era uma ameaça para o mundo. Impelidos nos três primeiros dias por um esmagador ataque árabe-soviético, os israelenses haviam batido em retirada, para se mobilizarem e contra-atacarem. Contudo, armamento soviético do mais moderno estava minando sua força de ataque. Sem reabastecimento, os israelenses estariam perdidos. Os soviéticos já haviam dado início a um intenso reabastecimento por via aérea dois dias antes, despejando centenas de toneladas de armas avançadas no Cairo e em Damasco.

Havia mais. O Vice-presidente Spiro Agnew renunciara a dez de outubro, reconhecendo-se um trapaceiro vulgar, e a 12 de outubro, Nixon anunciou a substituição daquele por Gerald Ford. Dadas as circunstâncias, a decisão do tribunal deve ter parecido ao presidente assunto meramente secundário.

Entre a noite de 12 de outubro e o dia 20 do mesmo mês, todos os paradoxos da personalidade de Nixon deviam estar em choque para o registro da história — tanto a sua grandeza quanto a sua mesquinharia, sua capacidade de tomar decisões arriscadas e a de preferir sórdidas maquinações.

Nixon estava enfrentando o último e mais arriscado jogo de sua capacidade diplomática. Após discussões intermináveis, resolveu, no sábado 13 de outubro, conceder ajuda a Israel e, num átimo de horas, já o primeiro avião da Força Aérea norte-americana estava erguendo vôo. A ponte-aérea soviética ia se processando a um ritmo de 700 toneladas por dia, operando em rotas seguras. Na segunda-feira, os C-5 norte-americanos estavam no ar transportando 100 toneladas de carga cada um, navegando em espaço aéreo hostil e proibido; na terça-feira, já haviam quase alcançado o ponto crítico de um suprimento da ordem das mil toneladas diárias. Nos 30 dias, entre 13 de outubro e 14 de novembro, a Força Aérea norte-americana havia desempenhado 566 missões, transportando 22.395 toneladas de carga, numa operação cujo desempenho fora extraordinário.

Enquanto isto, a crise interna havia atingido enormes proporções. Embora estivesse jogando uma cartada decisiva em âmbito mundial, o presidente, conquanto resoluto, jogava internamente também sua partida, mas de forma amadorística e alienada, com total falta de visão das futuras conseqüências.

Às 8:15 da noite de 19 de outubro, expediu uma declaração dando conta do que estava fazendo para resolver a crise interna. Afirmou que havia chegado a um acordo com os tribunais e o Senado, no sentido de apresentar sumários das gravações requeridas ao Senador John Stennis, do Mississípi, o qual verificaria a exatidão dos mesmos, tendo o Senador Sam Ervin, presidente da comissão, concordado com esse procedimento. E em seguida: «Senti-me no dever de adverti-lo [Cox], como funcionário do Poder Executivo, de que não fizesse novas tentativas de obter ordem judicial para gravações, notas ou memorandos das conversações presidenciais.»

A declaração era, em seus próprios termos, uma obra-prima de arte política, pois flutuava numa retórica de conciliação e benevolência, dando o dito por não dito. O que havia ficado de fora era concretamente o fato de que o presidente *não* estava cumprindo a ordem emanada do Tribunal de Apelação.

Cox não iria aceitar os termos da declaração. «Acatá-los», afirmou ele, «seria violar meu juramento solene para com o Senado e o país. Não iria quebrar meu compromisso.»

O presidente havia sido arrastado nas corredeiras. O secretário de Estado encontrava-se então em Moscou negociando com Brejnev. O conceito diplomático de Nixon estava apoiado, aos olhos do mundo, no controle que ele podia exercer sobre o seu próprio governo. Como iria Brejnev interpretar essa insurreição aberta? Ele tinha que demitir Cox, não tinha?, perguntava Nixon a seus assessores.

Assim sendo, no dia seguinte, sábado 20 de outubro, Nixon demitiu o promotor especial Richardson, superior hierárquico de Cox, não iria tomar a decisão por ele. Preferiu renunciar, como também o fez o substituto do Procurador-geral William Ruckelshaus. Às 8:22 daquela noite, Ronald Ziegler tornou pública a demissão e, pouco depois das nove, a nação ficou sabendo que agentes do FBI tinham selado as portas do escritório do promotor-especial, trancado os arquivos e instalado vigilância; e, além disso, que outros agentes do FBI haviam selado no Departamento de Justiça as salas do procurador-geral e de seu substituto. A esse ponto da situação, Haig chamaria de «o rugir da tormenta».

O desabar da tempestade

A REAÇÃO foi quase tão instantânea como por ocasião de Pearl Harbor ou do assassinio de Kennedy: uma explosão imprevista e generalizada como histeria coletiva.

Começou uma hora após a declaração de Ziegler, quando a buzina dos carros se fez ouvir no exterior da Casa Branca à medida que os ma-

nifestantes apareciam com cartazes pedindo: BUZINEM PELO «IMPEACHMENT»! As estações de televisão transmitiram programas especiais mostrando a consternação geral em que estava mergulhado o país. A resposta dos telespectadores fez-se sentir por meio de telegramas quando as imagens ainda estavam no ar. Na manhã de terça-feira, a Western Union já havia despachado mais de 150 mil telegramas («o maior volume concentrado de mensagens em todos os tempos»); ao fim de dez dias, o total chegara a 450 mil.

Os reitores de 17 faculdades de direito subscreveram uma petição ao Congresso «considerando a necessidade» imediata do *impeachment*. A Igreja invectivava. Os estudantes faziam passeatas. Como se não bastasse, aconteceu que, numa das nove fitas requisitadas por Cox, havia uma interrupção sintomática de 18 minutos e meio no teor de uma conversação entre Nixon e Haldeman, efetuada a 20 de junho de 1972, três dias antes do incidente Watergate. Não existia qualquer razão para o lapso da fita, a não ser que Nixon tivesse pessoalmente apagado aquele trecho da conversa. A ira nacional entrou num crescendo.

A Casa Branca havia sido apanhada num erro total de interpretação da alma norte-americana. Esmagada pela opinião pública, sem o apoio de seu partido, ferida pelos telefonemas de pessoas amigas, ameaçada por cartas de antigos aliados, a equipe da Casa Branca percebeu tarde demais que a tempestade havia desaba-

do. Enquanto a tormenta rugia, não encontravam forma de responder à pergunta que andava na boca de todos: *Que estaria o presidente ocultando?*

Ao cabo de três dias, Charles Wright compareceu perante o Juiz Sirica a fim de capitular: o presidente iria entregar as gravações. «Esta Presidência não quer desafiar a lei», dizia Wright, embora o seu constituinte tivesse feito exatamente isso três dias antes.

NÃO presenciei o clímax da «tormenta», encontrando-me de férias no exterior por essa época. Lembro-me de haver sido acordado certa manhã de domingo, bem cedo, pelos gritos histéricos da arrumadeira num hotel em St. Tropez: *«Il y avait un coup d'État aux États Unis, un coup d'État.»* Certo de que um golpe de Estado não seria possível, tentei decifrar os boletins informativos da rádio francesa, que despejava informações de minuto a minuto durante uma boa hora. Admitindo por esses informes que o FBI se havia apossado tanto do Departamento de Justiça quanto da Casa Branca, voei para Londres, reunindo-me aos jornalistas britânicos que iam rumar para a América.

Com seu faro para o drama, os jornalistas ingleses estavam contando uma história de completa falência dos Estados Unidos. Em Londres, participei de um programa de televisão. Haveria ainda um governo em Washington? — queriam saber os ingleses. Se havia, quem estava mandando? Poderiam controlar a situação?

Eram perguntas estranhas de mais para que um norte-americano fosse capaz de contestar naquele momento, mas achei que poderia dar uma resposta com orgulho. Os governos francês e britânico haviam capitulado inteiramente e da maneira mais vergonhosamente apressada às ameaças árabes e soviéticas — repudiando todos os votos e obrigações mantidos com os israelenses para o fornecimento de armas, peças de reposição e suprimentos. A vitória completa dos árabes tornaria a Europa uma presa fácil para tudo quanto dela quisessem extorquir em troca de petróleo, ou a faria implorar pela intercessão do Kremlin. Contudo, nenhuma nação europeia tinha ousado ou teve força para agir no Oriente Médio.

A América, se necessário, poderia sobreviver sem o petróleo árabe, e, apesar disso, foi a América do Norte o único país que interveio. Se a Europa Ocidental ainda tinha uma chance de sobrevivência, uma oportunidade de negociar com os árabes em sua guerra econômica não declarada, devia isso a Nixon ter feito utilização da força. Visto do exterior, o quadro era absolutamente claro: os Estados Unidos permaneciam a nação mais poderosa do mundo.

Poucas semanas depois, porém, quando regresssei, fui encontrar toda a política interna alterada, pois todos os sistemas faziam agora carga contra o presidente para contestar a sua liderança — não só os meios de informação, que já o eram desde o princípio, mas o clero, o operariado, os universitários e professores. O sistema

comercial estava dividido, bem como o Partido Republicano. Dentro do próprio governo, com exceção do Pentágono, os principais poderes estavam também se movimentando contra Nixon: o judiciário, evidentemente; o Senado, também; porém, mais que todos, a Câmara dos Representantes («deputados»), onde o *impeachment* teria início.

Crimes qualificados e contravenções

DURANTE todo o verão e o outono de 1973, Richard Nixon foi inquirido vezes sem conta — por um setor da imprensa que nunca havia exercido poder político; pela televisão, cuja tendência natural é a de procurar o drama quando busca a verdade; por um grupo de causídicos do gabinete do promotor especial, suspeito de detestar seu estilo tanto quanto lhe detestavam os feitos. Entretanto, desde os tempos remotos da Magna Carta, que pôde curvar pela primeira vez o poder de um rei, está escrito que todo governante tem o direito de ser julgado por seus pares. Nenhum desses adversários, contudo, podia se considerar em pé de igualdade com o presidente.

Se tal organismo existisse, esse teria que ser a Câmara dos Representantes, por ser legitimamente representativa, não apenas do povo mas das tendências políticas. Refletindo todas as etnias do país, seus preconceitos e interesses, a Câmara — composta de homens e mulheres que vão desde os palermas aos eruditos, dos grandes nomes às mediocridades anôni-

mas — representa perfeitamente a nação norte-americana, com todos os seus vícios e virtudes.

Demonstrando grande tirocínio, os formuladores da Constituição há mais de 200 anos outorgaram àquela Casa legislativa o poder de iniciar qualquer ação contra o presidente, permitindo a ela, caso julgue suficientes as provas, a promulgação de um instrumento de *impeachment* a ser apresentado ao Senado, que por sua vez conduz o processo de julgamento. A Constituição consigna apenas de maneira muito genérica a punição presidencial pelo *impeachment*. A traição e o suborno, é certo, são claramente mencionados; mas também se refere a «crimes qualificados e contravenções penais».

Qual o significado da frase? Ela se reporta a um passado distante, a uma época em que a América permanecia irrevelada para o mundo e a democracia nem sequer era sonhada, naqueles tempos da Idade Média, quando os conquistadores franceses quiseram subjugar os arrogantes ingleses impondo-lhes uma forma de governo manejável. Os reis angevinos, quase sempre ausentes, perceberam que podiam governar de maneira mais eficiente se dessem a seus vassallos ingleses certo poder de participação, através de um Parlamento composto de Lordes e Comuns. Quando os prepostos do rei não procedessem acertadamente, ou o fizessem de maneira contrária ao desejo do Parlamento, seus membros poderiam «impedi-los». A palavra *impeachment* («impedimento») provém do fran-

cês antigo *empescher* («deter, impedir, aprisionar»). O primeiro *impeachment* inglês, em que a frase «crimes qualificados e contravenções» foi empregada, recaiu na pessoa do chanceler de Richard II, por motivo de não *haver conseguido* agir conforme prometera ao Parlamento. Outros *impeachments* se seguiram e, entre 1620 e 1640, já nada menos que 100 deles haviam passado pelos Comuns.

Esse processo político só entrou em crise quando o Parlamento argüiu o próprio rei de haver agido contrariamente aos interesses do Estado; neste caso, não havia saída senão decapitar o rei, o que aliás ocorreu com Charles I, em 1649. Caso não tivesse conseguido decapitar o rei, o Parlamento é que teria perdido a cabeça.

Foi essa drástica medida que os autores da Constituição da jovem república norte-americana tentaram evitar ao redigi-la. Admitiam que o chefe do executivo devia estar sujeito a alguma espécie de controle; e assim, depois de pesar os prós e os contras, acabaram redigindo uma cláusula impeditiva: o presidente seria afastado do cargo, não mediante a decapitação, mas por um ato de *impeachment* seguido de julgamento criminal.

A missão de determinar se havia razões para o *impeachment* recaiu sobre a Comissão de Justiça da Câmara, sob a presidência de Peter Rodino, de Newark. Os membros da comissão argumentavam que as acusações contra o presidente não precisavam ser de natureza criminal. O *impeachment* não era necessariamente

te a punição pessoal de um presidente, diziam, sendo antes «sua função primordial a de manter a constitucionalidade do governo» e «diversamente de um processo criminal, as razões para o afastamento de um presidente podem basear-se em todos os aspectos de sua conduta no exercício do cargo». O *impeachment* era «uma válvula de segurança constitucional».

Que não subsista qualquer dúvida

RICHARD NIXON não aparecia em lutar era ponto pacífico; entretanto, o grupo que regressou de San Clemente, numa visita que se prolongou por 17 dias. Ali, por fim, começou a concentrar forças no sentido de lutar pela sobrevivência. Que *iria* lutar era ponto pacífico; entretanto, o grupo que regressou de San Clemente parecia fora de rumo e de propósitos. Ninguém, a não ser Haig, podia estar à vontade com o chefe do governo, e o pouco que viam dele só servia para desanimá-los.

Quando Nixon regressou, quis ouvir a gravação do incidente ocorrido a 23 de junho, o ato de obstrução da justiça, pois um sexto sentido há muito lhe dizia que podia estar ali o cerne das imputações do *impeachment*. Nenhum de seus assessores, nem mesmo os mais chegados, foi informado a respeito senão muito mais tarde, embora pudessem identificar várias modificações na personalidade de Nixon.

Seu hábito de beber começou a preocupar muitos deles. Alguns afirmam que ele então já começava a

tomar seus drinques na parte da manhã, mas outros insistem em que só bebia à tarde ou mesmo à noite. A verdade é que de manhã dava a impressão de estar de ressaca, o que agravava, cada vez mais, o seu ar de cansaço. Chegou a acordar um de seus assessores, Fred Buzhardt, às quatro da manhã para discutir uma passagem obscura das gravações que havia acabado de ouvir. Parecia afligido pelas fitas, um homem atormentado que ficava a ouvir-se a si mesmo pela noite adentro, a se perguntar interminavelmente, sem ser capaz de satisfazer sua própria curiosidade.

A 11 de abril de 1974, a Comissão de Justiça requereu a transcrição de 42 conversações com as quais supunha estar em condições de entrar em julgamento. A 18 de abril, o novo promotor especial Leon Jaworski requereu a entrega das 64 gravações. A Casa Branca já não podia desafiar os tribunais. Nixon, em vez disso, tomou uma decisão audaciosa. Iria voluntariamente fazer a entrega das fitas solicitadas, mas de modo que todo o povo americano tomasse conhecimento das respostas.

Assim, na noite de 29 de abril, o presidente apareceu no vídeo. Foi uma das mais impressionantes de todas as suas apresentações em público pela televisão. Tendo uma coleção de 38 volumes encadernados em verde numa mesa à sua frente, um para cada um dos membros da comissão, o presidente disse:

«As transcrições incluem todos os trechos relevantes de todas as conversações indiciadas que foram gra-

vadas, ou seja, todas as porções que se relacionam com a pergunta sobre o que eu sabia a respeito de Watergate ou do encobrimento e acerca do que fiz a esse respeito... Desejo que não subsista qualquer dúvida quanto ao fato de que o presidente nada tem a ocultar sobre esse assunto...»

Ele havia, entretanto, perdido o caminho da verdade. Quer se desse conta ou não, estava mentindo — sobre si mesmo, sobre os fatos, sobre a natureza do crime de que o acusavam.

Com a entrega das fitas, desmoronou-se todo o suporte público que Nixon ainda pudesse ter. As gravações falavam por si mesmas. Refletiam uma vulgaridade de linguagem, uma indecisão de tom e uma irreverência de tal baixaza que faziam parecer genial o nível imaginativo das obscenidades de Lyndon Johnson. Os moralistas liberais e tradicionalistas conservadores se ombreavam na adjectivação das censuras. Hugh Scott, o líder do governo do Senado, foi logo classificando: «deplorável», «repugnante», «indigno», «imoral». Foi algo pior do que a tormenta de outubro.

A COMISSÃO de Justiça da Câmara reuniu-se a 24 de julho para dar início às sessões públicas. Nestas houve discursos eloqüentes e ásperas verdades, gozações e golpes baixos, mas nada poderia afastar das garras da lei os envolvidos no processo. O momento da decisão chegou na manhã de sábado, 27 de julho, após um longo dia de atividades parlamentares. As

manobras, as complexidades processuais, os votos sobre as emendas, as emendas sobre emendas, tudo parecia confuso. Para o observador, entretanto, essas minúcias aparentemente inúteis é que faziam a grandeza do processo — a sabedoria herdada do passado que, para a remoção do presidente, dispunha não que ele fosse decapitado em Whitehall, como ocorreu com Charles I, mas que se procedesse exatamente assim, dessa maneira meticulosa.

O Artigo I foi Obstrução da Justiça. Houve um rumor, após o qual Rodino disse: «O secretário do tribunal fará o anúncio dos votos»; e o secretário anunciou: «Vinte e sete membros votaram *sim*, onze votarão *não*.»

Na segunda-feira, o Artigo II também foi votado; na terça, o III. A essa altura, as fitas sigilosas da conversação de 23 de junho tinham sido ouvidas na Casa Branca pelo reduzido círculo que ainda se mantinha fiel a Nixon, mas também estes acabaram por repudiá-lo. Nixon foi forçado a entregar a fita que continha sua concordância em que fosse usada a CIA para bloquear as investigações que o FBI fazia sobre Watergate.

NIXON anunciou sua renúncia a 8 de agosto e, no dia seguinte, partiu

para San Clemente. «Eu estava presente», disse um veterano do Vietnã que viu Nixon subir para o helicóptero nos jardins da Casa Branca, «e parecia a guerra; ele era como um desses corpos que a gente mete em sacos de plástico e manda seguir. Parecia ter recebido um tiro bem na testa, estava morto e não sabia.»

A Presidência saiu das mãos de Richard Nixon ao meio-dia, quando ele estava a bordo de um avião alçures sobre a divisa dos estados de Indiana e Illinois, bem no coração da América, área que fora sempre sua base política, e a qual ele — mais do que qualquer outro presidente — havia traído.



Abuso de confiança

DURANTE OS dois anos em que Richard Nixon foi sendo afastado do poder, era lugar-comum dizer-se que «o sistema americano funcionava». A frase me confundia e, à medida que 1973-74 iam passando, tive de reexaminar seu significado, pois, se eu não podia explicar isso a mim mesmo, então a provação de dois anos fora sem sentido — uma busca detetivesca para a elucidação de uma série de crimes sem grande importância, um arrombamento vulgar autorizado por indivíduos soezes que, por acaso, estavam no governo. Nenhum dos criminosos da Casa Branca ficara rico por extorsão; nenhum deles conspirara com potências estrangeiras. Todos os seus delitos já tinham sido antes cometidos na história dos Estados Unidos, mas o imprevisto da reação pública em relação a eles foi como uma linha divisória.

Enquanto buscava a resposta, comecei a perceber que não havia tal coisa chamada «sistema». O núcleo central do governo era o Estado federativo; em torno e dentro desse Estado, giravam vários «sistemas», todos eles tentando submetê-lo aos seus propósitos. Embora cada um dos sistemas agisse em função de sua própria dinâmica interna, em sua ação conjunta amparavam o Estado, moviam-no em uma ou outra direção. O próprio Estado, entretanto, tinha suas raízes não nesse círculo de sistemas, mas na confiança, que é o embasamento de todos os estados. Sem ela, Estado algum pode subsistir.

O verdadeiro crime de Richard Nixon foi quebrar a confiança que mantém a América unida, e por isso foi afastado do poder.

Nixon descreu de um princípio fundamental, o de que, em qualquer momento da vida americana, há pelo menos um homem que defende a lei. Esse princípio estipula que todos são iguais perante a lei e por ela protegidos. A confiança pode ser traída alhures pelos torpes compromissos da luta cotidiana, mas, num determinado ponto — na Presidência — a justiça há de ser ministrada acima do preconceito, acima do rancor, acima da possibilidade de suborno.

A menos que estejamos convictos de que Nixon seja um homem de irreparável grosseria, todos hão de perguntar como podia ele admitir o que autorizou e soube a propósito de sua administração. A resposta só pode partir da suposição de que ele era um homem que não podia, em seus momentos de lucidez, admitir o homem que ele se sentia em seus momentos de pesadelo: o adventício, o solitário, o perdedor.

«Eles» estavam contra ele, sempre, desde os meninos ricos do Colégio de Whittier até os corpos administrativos hostis que zombavam de seu governo. Sua autoridade de presidente estava sendo contestada pelos meios de informação, pelos agitadores, pelo Congresso, pelos intelectuais. Sua rudeza, sua vingatividade, a grosseria eram as características de um homem espezinhado por tanto tempo que já não sabia distinguir entre inimigos reais e imaginários.

Quando, mais tarde, perguntei a Elliot Richardson qual fora o erro de Nixon, respondeu-me: «Ele jamais conseguiu aceitar o fato de que era o presidente dos Estados Unidos. Quando se é presidente, não há 'eles'; o presidente tem que ser o primeiro dentre 'nós'.»

De meados de abril de 1973 até 1974, o presidente mentiu continuamente; sua falsidade não só alimentava a ira dos que estavam em julgamento por sua culpa, mas corroía a confiança que os americanos depositavam na honra do presidente. Ele sabia o que estava fazendo, pois se apoiava conscientemente na mística

da presidência para ajudá-lo a transpor aquilo com que se defrontava. Nada há de mais pungente na transcrição de suas conversas do que um trecho das últimas comunicações telefônicas com Haldeman, a 25 de abril, quando sua fachada de impostura estava sendo abatida, mas a esperança ainda restava.

«Vamos ganhar esta parada», disse Nixon. «Não importam os prognósticos, nem todo o resto; só sei que há ainda um bocado de gente que precisa, que quer acreditar. Aí é que está o ponto, não é mesmo?»

Sim, aí estava o ponto. Eles queriam acreditar — e não puderam.



O DONO de um restaurante colocou uma tabuleta aliciante em sua vitrina: «Entre, descanse e almoce em paz. Nosso aparelho de televisão e nossa vitrola automática estão no conserto.»

Numa semana, a freguesia tinha dobrado. — *Le Hérisson, França*

UM IRLANDÊS que pescava na Escócia estava sem sorte, até que um pescador do lugar resolveu dar um gole de uísque à minhoca. Então, a linha do irlandês se retesou e o caniço vergou.

«O peixe já mordeu?», perguntou o escocês.

«Que nada!», gritou o irlandês. «A minhoca é que agarrou um enorme salmão pela guelra.»

— R. A. G.

UM CONHECIDO político do século XIX, apaixonado por uma linda e jovem atriz, enviou-lhe o seguinte bilhete aos bastidores:

«Quando uma pessoa a vê, ama-a — e quando uma pessoa a ama, onde pode vê-la?»

— G. B.

O ESCRITOR e acadêmico francês Maurice Donnay, ouvindo uma reclamação a respeito da interdição da Academia Francesa às mulheres, comentou:

«Se elas entrassem para a Academia, nem mesmo o dicionário conseguiria pronunciar mais uma palavra.»

— M. H.